



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Processo Nº 02998/12

EXERCÍCIO: 2011
SUBCATEGORIA: PCA - Prestação de Contas Anuais
JURISDICIONADO: Tribunal de Contas
DATA DE ENTRADA: 30/03/2012
ASSUNTO: Encaminhamento de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS
relativa ao exercício de 2011.
INTERESSADOS: Fernando Rodrigues Catão
Ed Wilson Fernandes de Santana

**Tribunal de Contas
do Estado da Paraíba**

Relatório Anual de Atividades 2011



Tribunal de Contas do Estado

Tribunal de Contas do Estado

Relatório Anual de Atividades

2011

João Pessoa - Paraíba



Tribunal de Contas do Estado

CONSELHEIROS

Presidente

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão

Vice-Presidente

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Conselheiro-Corregedor

Conselheiro Umberto Silveira Porto

Presidente da 1ª Câmara

Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima

Presidente da 2ª Câmara

Conselheiro Arnóbio Alves Viana

Conselheiro-Ouvidor

Conselheiro Flávio Sátiro Fernandes

Coordenador da Escola de Contas – ECOSIL

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho

AUDITORES

Auditor Antônio Cláudio Silva Santos

Auditor Antônio Gomes Vieira Filho

Auditor Renato Sérgio Santiago Melo

Auditor Oscar Mamede Santiago Melo

Auditor Marcos Antônio da Costa

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	
Procuradora-Geral Isabella Barbosa Marinho Falcão	Subprocurador-Geral (1ª Câmara) André Carlo Torres Ponte
Subprocuradora-Geral (2ª Câmara) Elvira Samara Pereira de Oliveira	Procuradores Marcílio Toscano Franca Filho Sheyla Barreto Braga de Queiroz

Apresentação

Cumprindo exigência constitucional, o Tribunal de Contas do Estado remete à Assembleia Legislativa da Paraíba o presente Relatório Anual de Atividades.

O documento – que não pode ser confundido com uma prestação de contas, esta última atinente à comprovação de receitas e despesas – tem importância vinculada à exposição de metas, ações, programas e serviços imprescindíveis ao controle dos gastos públicos numa época em que isso nunca se fez tão necessário.

No decorrer do exercício, o TCE deu sequência ao programa de treinamento de gestores em benefício da correta prestação de contas públicas, assim o fazendo por reconhecer que a orientação deve anteceder o caráter punitivo de suas decisões.

Neste sentido e com este propósito, incluem-se os Seminários sobre Contratações no Serviço Público, sobre Saúde Pública no Brasil e Capacitação e Especialização de Educação Municipal detalhados, a seguir, neste mesmo documento.

As prestações de contas anuais dos gestores paraibanos, apresentadas de forma totalmente eletrônica, expõem o resultado mais evidente dos esforços que nos propiciaram o avanço tecnológico a serviço, sobretudo, da celeridade processual tão reclamada pela sociedade.

Mais de 15,6 mil processos de origens diversas foram aqui instaurados no decorrer do exercício de 2011, período em que foram formalizados, ainda, cerca de 23 mil documentos, em meio aos quais solicitações dos jurisdicionados e de organismos das esferas municipal, estadual e federal, entre outras entidades.

O número de processos analisados no referido período superou a casa de 7 mil e refletiu o cumprimento de metas estabelecidas pela Alta Direção da Corte, conforme bem demonstram quadros e gráficos aqui também publicados.

A Corregedoria, que acompanha o encaminhamento dos acórdãos e, ainda, das decisões emanadas das duas Câmaras Deliberativas do TCE, relacionou 829 responsáveis por desvios de recursos para cobrança executiva de débitos da ordem de R\$ 37.787.099,42.

A atuação da Ouvidoria, ao longo de 2011, também foi de enorme proveito. Instituída em dezembro de 2006 como canal de comunicação entre

o cidadão e o Tribunal, esse organismo registrou 1.358 procedimentos, 30% dos quais atinentes à admissibilidade de denúncias.

Enquanto isso, a Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil) deu plena sequência às ações de capacitação e desenvolvimento de servidores e gestores públicos por meio, inclusive, de cursos de pós-graduação em Gestão Previdenciária e de graduação em Administração Pública, o primeiro em parceria com o Unipê e, o segundo, com a Universidade Federal da Paraíba.

Parceiro das boas causas, zeloso com a transparência, a celeridade e a justiça dos seus atos, o Tribunal de Contas do Estado chega, assim, ao final de mais um exercício com a firme consciência do dever cumprido.

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Presidente

Sumário

1. SOBRE O TCE-PB	7
1.1 Competência e Jurisdição	7
1.2 Estrutura	8
1.3 Resoluções Normativas	9
2. TEMAS DE MAIOR RELEVÂNCIA	10
2.1. Atividades de Controle Externo	10
2.2 Processos Instaurados	12
2.3 Deliberações dos Colegiados	13
2.4. Recursos Julgados	17
2.5. Julgamento / apreciação de Contas	19
2.6. Corregedoria	21
2.7. Consultas	22
2.8. Denúncias	23
2.9. Bloqueio de Prefeituras e Câmaras	23
2.10 Fiscalizações	24
3. AUDITORIAS OPERACIONAIS	27
3.1. Ouvidoria	28
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	29
4.1 Gestão à Vista	29
4.2 Ações e Eventos Relevantes	31
4.2.1 Tecnologia da Informação	31
4.2.1.1 Citações, Intimações e Prorrogações	31
4.2.1.2 Nova forma de envio das Prestações de Contas	31
4.3 Reforço ao Processo Eletrônico	33
4.4 Georreferenciamento de Obras Públicas – GEOPB	33
5. SEMINÁRIOS, PALESTRAS E EVENTOS	33
5.1 Acompanhamento da Gestão Estadual	33
5.2 Acompanhamento da Gestão Municipal	34
5.3 Encontro do GAP	34

5.4 Encontro de Regimes Próprios de Previdência.....	35
5.5 Seminário sobre Contratações no Serviço Público	35
5.6 Seminário Sobre Saúde Pública no Brasil.....	35
5.7 I Encontro Técnico dos TCs Sobre Processo Eletrônico e Contas do Governo	36
5.8 Capacitação e Especialização de Educação Municipal.....	36
5.9 Terceirização no Setor Público	36
5.10 Outros eventos	37
5.11 Divulgação Institucional.....	39
5.11.1 Transparência	39
6. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.....	40
6.1 Movimentação de Recursos	41
6.2 Quadro de Servidores Ampliado	41
6.3 Estagiários.....	42
6.4 Gestão Eletrônica de Documentos – GED	42
6.5 Ações de Capacitação - ECOSIL	44
6.6 Estrutura e Frota Renovada.....	46
6.7 Reorganização do Arquivo.....	46
6.8 Convênios e Parcerias.....	49
6.8.1 Visitas Técnicas ao TCE-PB	50
6.9 Serviços na Área de Saúde	51
6.9.1 Setor Médico.....	51
6.9.2 Gabinete Odontológico.....	52
7. VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR.....	53
7.1 Curso de Gerenciamento de Projetos.....	53
7.2 II Encontro Nacional dos Corais dos Tribunais de Contas	53
7.3 III Encontro Esportivo dos Tribunais de Contas do Nordeste do Brasil	53
7.4. II Olimpíadas dos Servidores dos TCs do MERCOSUL	54

NOSSOS PRINCIPAIS RESULTADOS

De forma sintetizada apresentamos abaixo os principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCE-PB no exercício de 2011

Resoluções Normativas	05
Processos autuados no exercício	15.640
Deliberações dos Órgãos Colegiados	7.531
Processos Julgados	7.195
Recursos Julgados	208
Pareceres Prévios emitidos	255
Acórdãos Proferidos	2028
Consultas Respondidas	32
Denúncias julgadas	164
Bloqueio de Contas de Prefeituras e Câmaras	38
Inspeções realizadas	598
Responsáveis condenados em débitos e /ou multados	829
Valor dos débitos imputados	37.787.099,42

1 SOBRE O TCE-PB

Nossa missão é corresponder às demandas da sociedade, exercendo o acompanhamento, a orientação, o controle e a fiscalização da gestão dos recursos públicos, com fidelidade aos princípios constitucionais.

Instalado em 1º de março de 1971, o Tribunal de Contas do Estado – TCE-PB - teve seu processo de criação iniciado em 17 de agosto de 1970 e concretizado - com a sanção da Lei nº 3.627 - em 31 de agosto daquele mesmo ano.

Funcionando na rua Professor Geraldo von Sohsten, 147, em Jaguaribe, o quadro de pessoal do Tribunal de Contas compõe-se de **455** servidores, aí incluídos conselheiros, procuradores, auditores, auditores de contas públicas, auxiliares de auditoria de contas públicas, assistentes jurídicos e pessoal administrativo, inclusive comissionados.

1.1 Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado tem jurisdição em todos os órgãos e entidades das Administrações Direta, Indireta e Fundacional, do Estado e dos Municípios - exercendo o que lhe compete, segundo o Art. 71 da Constituição Estadual, como acompanhar a gestão, fiscalizar e analisar os processos de prestações de contas, atos de admissão de pessoal, aposentadorias e pensões, licitações, contratos e convênios de, pelo menos, **29** órgãos da administração estadual, sendo **22** secretarias, e mais **14** autarquias, **08** fundações, **12** sociedades de economia mista, **03** empresas públicas, **20** fundos, **06** órgãos em regime especial; **223** prefeituras municipais; **223** câmaras municipais; **41** órgãos e entidades entre secretarias e outros da administração direta e indireta do município de João Pessoa; **26** órgãos e entidades entre secretarias e outros da administração direta e indireta do município de Campina Grande, para citar, apenas, os dois maiores.

Todos os esforços do Tribunal, mais recentemente, visam a dar cumprimento aos elevados encargos que lhes são reservados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, implementando uma nova era na fiscalização e no controle externo - deveres/direito que a Constituição Federal lhe outorga, modificando o momento e a oportunidade do controle, permitindo a tomada de posição e a correção de rumos, aspectos centrais do ideário da LRF.

1.2 Estrutura

O Tribunal de Contas do Estado é integrado por sete Conselheiros, sendo três deles escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, dois - alternadamente - dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pela Corte, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, e quatro pela Assembleia Legislativa.

Os auditores, em número de sete, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre os cidadãos que satisfaçam os requisitos exigidos para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, mediante concurso público de provas e títulos, realizado pelo Tribunal de Contas.

O Ministério Público junto ao TCE é composto por sete Procuradores que integram a carreira na forma estabelecida em lei, observado o disposto nos Arts. 130 e 135 da Constituição Federal, e tem como Chefes um Procurador-Geral e dois Subprocuradores.

O TCE é órgão colegiado, cujas deliberações são emanadas do Tribunal Pleno e das 1ª e 2ª Câmaras. O Tribunal Pleno é integrado por todos os conselheiros e presidido pelo Presidente do Tribunal. Cada Câmara é composta por três conselheiros. Os auditores participam dos colegiados e substituem os conselheiros em suas ausências e impedimentos legais, ou no caso de vacância de cargo, podendo ser, ainda, convocados para completar quórum no Tribunal Pleno ou nas Câmaras, por seus respectivos Presidentes.

Para a execução dos seus serviços técnicos e administrativos, o Tribunal dispõe de órgãos que compõem sua estrutura organizacional e de **455** servidores integrantes do seu quadro de pessoal.

À Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira, instituída no âmbito do Tribunal, cabe a promoção do aperfeiçoamento técnico e intelectual dos servidores do próprio TCE/PB e de servidores dos poderes, órgãos e entidades dele jurisdicionados.

O Conselheiro-Corregedor, com o auxílio da Corregedoria, exerce suas funções conforme as competências estabelecidas nos Arts. 38 e 39 do Regimento Interno do Tribunal, alteradas pela Resolução Normativa RN-TC-01/2011.

A Ouvidoria assegura a celeridade no atendimento das sugestões e críticas, tratamento das informações e apuração das reclamações recebidas, das diversas maneiras, pela Corte de Contas.

A legislação e as Normas pertinentes podem ser encontradas no Portal do TCE: <http://www.tce.pb.gov.br>.

1.3 RESOLUÇÕES NORMATIVAS

O Tribunal, considerando o poder conferido no art. 8º do seu Regimento Interno, pode expedir atos normativos sobre matérias de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos. Nesse propósito, aprovou no exercício de 2011 as resoluções normativas apresentadas a seguir:

Tabela: 1 Resoluções Normativas

Resolução RN-TC 01/2011	Altera dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e dá outras providências.
Resolução RN-TC 02/2011	Dispõe sobre a instrução dos processos de licitação e respectivos contratos sujeitos ao exame do Tribunal e dá outras providências.
Resolução RN-TC 03/2011	Altera dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e dá outras providências.
Resolução RN-TC 04/2011	Altera o artigo 2º da Resolução Normativa RN TC 07/2010, que fixa diretrizes para o exame e análise das despesas com execução de obras e serviços, realização de compras e contratação de serviços técnicos especializados e dá outras providências.
Resolução RN-TC 05/2011	Dispõe sobre a remessa de informações de obras e serviços de engenharia, via internet, pelas unidades gestoras estaduais e municipais da Paraíba e dá outras providências.

Fonte: SECPL

2. TEMAS DE MAIOR RELEVÂNCIA

As Prestações de Contas Anuais dos Gestores Paraibanos, hoje encaminhadas ao TCE de forma totalmente eletrônica, é o principal trunfo dos resultados alcançados pelos avanços tecnológicos. Os novos métodos implementados agiliza os processos desde a sua forma de encaminhamento, processamento e análise, até a respectiva apreciação e julgamento.

O TCE faz remessa regularmente ao Ministério Público Estadual dos acórdãos emitidos pelos órgãos julgadores com vistas à abertura de ação executiva para a penalização dos responsáveis pela má gestão do erário.

As consultas formuladas são julgadas e/ou respondidas de forma administrativa. Ressalte-se que o TCE tem respondido a grande parte das consultas que não preencham os requisitos exigidos no Regimento Interno, baseado nos pareceres emitidos pela Consultoria Jurídica da Corte, de forma a nortear os procedimentos dos consulentes. As denúncias são apuradas conforme o disposto nos Artigos 169/173 do Regimento Interno.

Regularmente, a Presidência determina o bloqueio dos recursos financeiros de Prefeituras e/ou Câmaras Municipais, considerando o não envio dos balancetes ao TCE, conforme determina o Art. 48 do Regimento Interno. De igual forma, são bloqueadas as contas daquelas Prefeituras que não encaminharem os balancetes mensais ao legislativo municipal, conforme dispõem os §§1º, 2º e 3º do citado artigo.

A programação das inspeções *in loco* são divulgadas semanalmente no portal do TCE. Essa ação promove a transparência das ações da Corte permitindo a participação e o acompanhamento da sociedade.

As ações administrativas e o cumprimento das metas estabelecidas são frutos do real envolvimento de todos da Corte com os resultados apresentados no Planejamento Estratégico - período 2011/2015.

2.1. Atividades de Controle Externo

Com relação às atividades típicas do controle externo, o Tribunal de Contas registra, nesta seção, a continuidade de obtenção de números expressivos da atuação que se propôs exercer em 2011, com observância à competência a si constitucionalmente conferida, e norteados, sobretudo,

pela missão de garantir à sociedade a melhor aplicação dos recursos públicos, sem descuidar de seu papel social de orientar os gestores para que cada ato de gestão pública seja coerente com os princípios que concorrem para o alcance do bem comum.

	Prestações de Contas Anuais • Processos Instaurados • Processos Julgados • Decisões Emitidas
	Remessa ao Ministério Público Comum • Acórdãos Enviados • Valor Imputado • Quantidade de Responsáveis
	Consultas Formuladas • Apreciadas pelo Pleno • Respondidas Administrativamente
	Denúncias e Representações • Formalizadas • Julgadas
	Bloqueio de Contas • Prefeituras • Câmaras
	Inspecções In Loco • Prefeituras e Câmaras Municipais • Outros Órgãos
	Ações e Metas • Eventos • Atividades Administrativas

2.2 Processos Instaurados

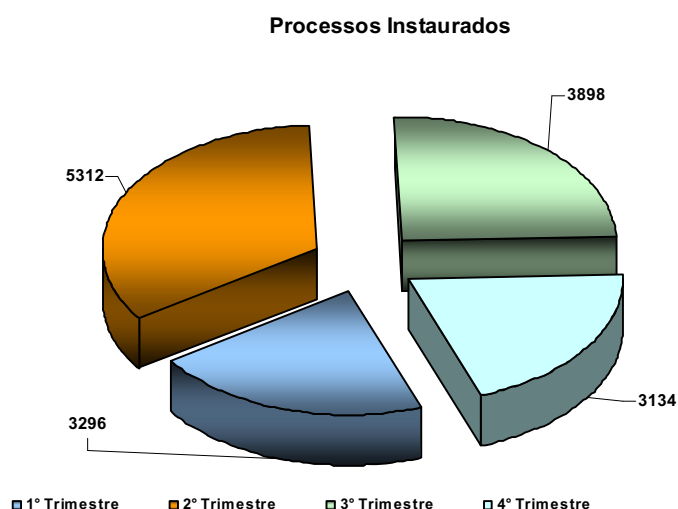
A organização dos processos tem início na Divisão de Expediente e Comunicação (DECOM) com a sua instauração, mediante protocolização e autuação. Em 2011, foram instaurados **15.640** processos de diversas origens e naturezas, conforme discriminados na tabela 2, apresentada abaixo. Foram formalizados ainda 22.969 documentos compreendendo diversas solicitações dos jurisdicionados e órgãos das esferas municipal, estadual e federal, entre outras entidades.

Tabela: 2 Processos Instaurados por Natureza

Natureza do Processo	Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho a Setembro	Outubro a Dezembro	Total do exercício
Prestação de Contas Anuais	218	482	0	0	700
Balancete Mensal	1.934	1.902	1.890	1.880	7.606
Acompanhamento de Gestão/Tomada de Contas	1	0	7	1	9
Decorrente de Decisão Plenária	11	18	4	0	33
Verificação de Cumprimento de Acórdão	8	2	28	10	48
Inspeções Especiais	26	12	73	48	159
Parcelamento de Débito	4	2	2	1	9
Atos de Administração de Pessoal	635	2377	1.301	663	4.976
Licitações e Contratos	271	335	408	384	1.398
Consultas	2	5	3	0	10
Denúncias/Representação	39	33	41	39	152
Outros	147	144	141	108	540
Total no Trimestre	3.296	5.312	3.898	3.134	15.640

Fonte: Sistema Tramita

GRÁFICO 1



2.3 Deliberações dos Colegiados

As deliberações do TCE assumem a forma de acórdãos, pareceres, decisões singulares e resoluções. As tabelas a seguir discriminam o quantitativo de sessões realizadas e das decisões proferidas por colegiado no ano de 2011.

Tabela: 3 Decisões emitidas em 2011

ÓRGÃO JULGADOR	ACÓRDÃO	PARECER	DECISÃO SINGULAR	RESOLUÇÃO	TOTAL GERAL
SECPL	1051	261	49	61	1422
1ª Câmara	3048	0	26	197	3271
2ª Câmara	2606	0	15	217	2838
TOTAL	6705	261	90	475	7531

Fonte: Tramita

Tabela: 4 Sessões Realizadas em 2011

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIA	EXTRAORDINÁRIA	TOTAL GERAL
SECPL	51	3	54
1ª Câmara	47	0	47
2ª Câmara	48	0	48
TOTAL	146	3	149

Fonte: Tramita

As Cortes de Contas Brasileiras, instrumentos essenciais à democracia, possuem nos termos da Carta Magna Federal a atribuição de

julgar a exatidão das contas de todo aquele que guarde, administre ou aplique bens e/ou dinheiros públicos.

Neste contexto, os resultados institucionais equivalem ao número de processos instaurados apreciados e/ou julgados.

As matérias que devem ser apreciadas ou julgadas pelo Tribunal são organizadas sob a forma de processos que, uma vez instruídos nos diversos departamentos que compõem a Diretoria de Auditoria e Fiscalização, são distribuídos aos conselheiros e auditores, aos quais cabe, na qualidade de relatores, presidirem sua instrução e levá-los a julgamento no Tribunal Pleno ou em qualquer das duas Câmaras.

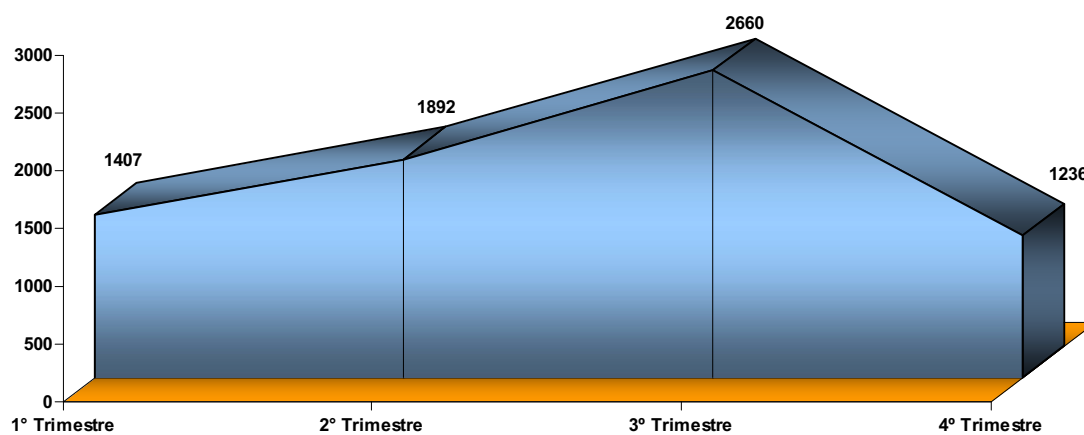
Os quadros e gráficos a seguir apresentados demonstram a posição dos principais processos julgados pelo Tribunal de Contas no exercício de 2011, segundo sua origem e natureza, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela: 5 Quantidade de Processos Julgados por Natureza

Natureza do Processo	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Total
Prestação de Contas Anuais	161	251	234	236	882
Atos de Administração de Pessoal	733	1.065	1749	511	4.058
Acomp. da Gestão Fiscal	0	0	0	0	0
Consultas	2	9	5	0	16
Licitações, Contratos e Convênios	361	353	421	384	1.519
Adiantamentos	4	11	12	9	36
Inspeções	0	19	31	34	84
Outros	146	184	208	62	600
TOTAL					7.195

Fonte: Sistema Tramita

No gráfico 2, abaixo apresentado, tem-se a evolução do julgamento dos processos durante os quatro trimestres do ano, refletindo o cumprimento das metas estabelecidas pela Alta Direção da Corte, notadamente, do Departamento de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária – DEAPG, que, durante o exercício, analisou 4.058 processos.

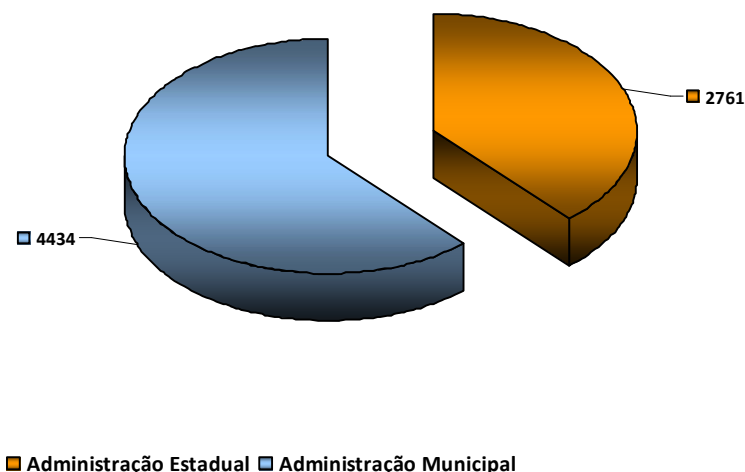
Gráfico: 2**Evolução do Julgamento**

Fonte: Sistema Tramita

Tabela: 6 Número de Processos Julgados por Origem e Natureza

PERÍODO	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	TOTAL
ORIGEM E A NATUREZA					
A . ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	423	709	1343	286	2761
1. CONTAS ANUAIS	36	41	48	30	155
1.1. Administração Direta	2	1	3	1	7
1.2. Administração Indireta	28	26	32	26	112
1.3. Secretarias Estaduais	6	14	13	3	36
1.4. Parecer de Gestão Fiscal	0	0	0	0	0
2. Licitações, Contratos e Convênios	135	140	130	107	512
3. Atos de Administração de Pessoal	224	467	1094	127	1912
4. Adiantamentos	2	10	11	2	25
5. Consultas	0	4	1	0	5
6. Outros	26	47	59	20	152
B. ADMINISTRACAO MUNICIPAL	984	1183	1317	950	4434
1. Contas Anuais	125	210	186	206	727
1.1. Prefeitura Municipal	20	56	75	104	255
1.2. Câmara Municipal	40	60	79	83	262
1.3. PGF - Poder Executivo	0	0	0	16	16
1.4. PGF - Poder Legislativo	0	0	0	0	0
1.5. Administração Indireta	37	64	28	0	129
1.6. Secretários Municipais	28	30	4	3	65
2. Licitações, Contratos e Convênios	226	213	291	277	1007
3. Atos de Administração de Pessoal	509	598	655	384	2146
4. Adiantamentos	2	1	1	7	11
5. Inspeções	0	19	31	14	64
6. Consultas	2	5	4	0	11
7. Outros	120	137	149	62	468
TOTAL	1407	1892	2660	1236	7195

Fonte: Gapre

Gráfico:3**Processos Julgados por Origem em 2011**

Fonte: Sistema Tramita

Dos dados apresentados, constata-se também que, no rol dos processos julgados, aqueles referentes a Atos de Administração de Pessoal apresentam um resultado expressivo, reflexo dos procedimentos adotados no Departamento de Controle de Atos de Administração de Pessoal – DEAPG, para dar celeridade nas análises e, conseqüentemente, reduzir o estoque do setor. No período, foram instaurados 4.976 processos e apreciados 4.058 atos dessa natureza.

2.4. Recursos Julgados

Conforme preceitua o Regimento Interno, os gestores podem interpor Recurso contra as decisões exaradas pelo TCE, o que lhe assegura o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

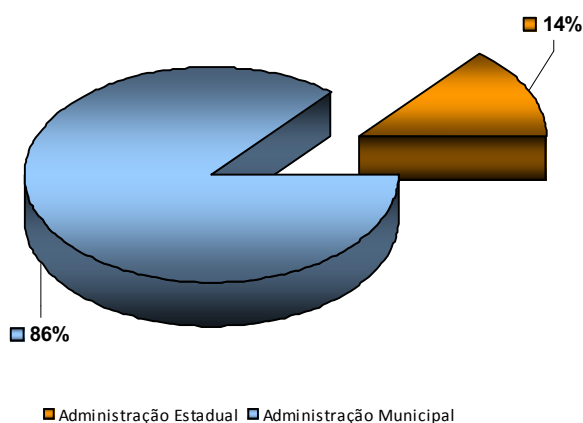
A tabela 7 reflete que, historicamente, as decisões da Corte são pouco contestadas, considerando que, no exercício de 2011, foram a julgamento apenas 208 recursos.

Tabela: 7 Recursos Julgados em 2011

Período	Administração Estadual	Administração Municipal	Total
1º Trimestre	5	42	47
2º Trimestre	8	50	58
3º Trimestre	12	65	77
4º Trimestre	4	22	26
Total			208

Fonte: GAPRE

Do total dos recursos julgados pelos órgãos colegiados da Corte, verifica-se que, 86% são provenientes da área municipal, conforme ilustrado no Gráfico 3.

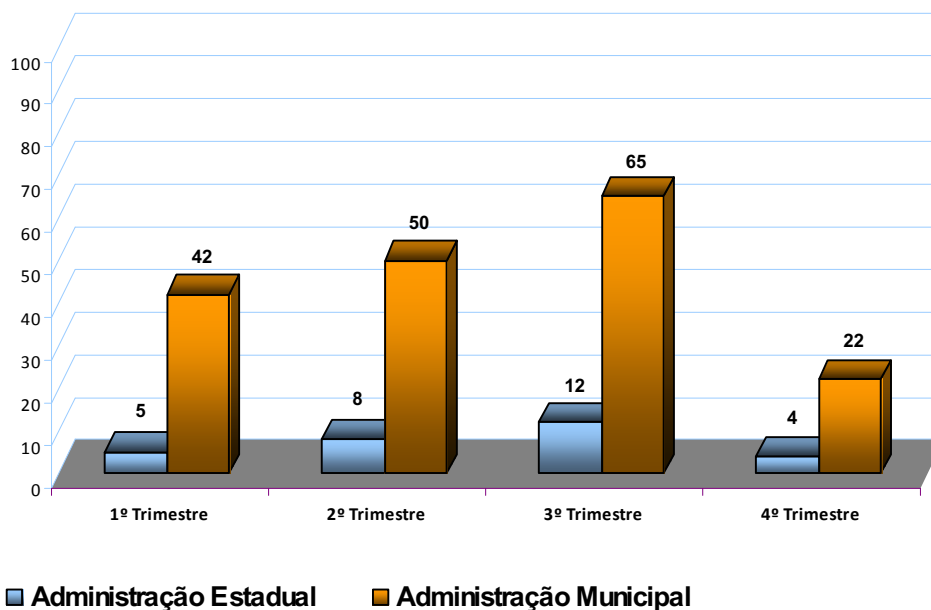
Gráfico:4**Recursos Julgados por Origem em 2011**

Fonte: Tramita

Os resultados obtidos ao longo de 2011, quanto ao julgamento dos recursos, estão demonstrados no gráfico a seguir, no qual se observa uma visão do comportamento do julgamento dos recursos durante o exercício de 2011.

Gráfico: 5

Recursos Julgados por Trimestre



Fonte: GAPRE

2.5. Julgamento / Apreciação de Contas

O julgamento/apreciação das contas dos responsáveis pela guarda, administração ou aplicação de bens e/ou dinheiros públicos obedece ao disposto no Regimento Interno do Tribunal, notadamente nos CAPÍTULOS II, III e IV.

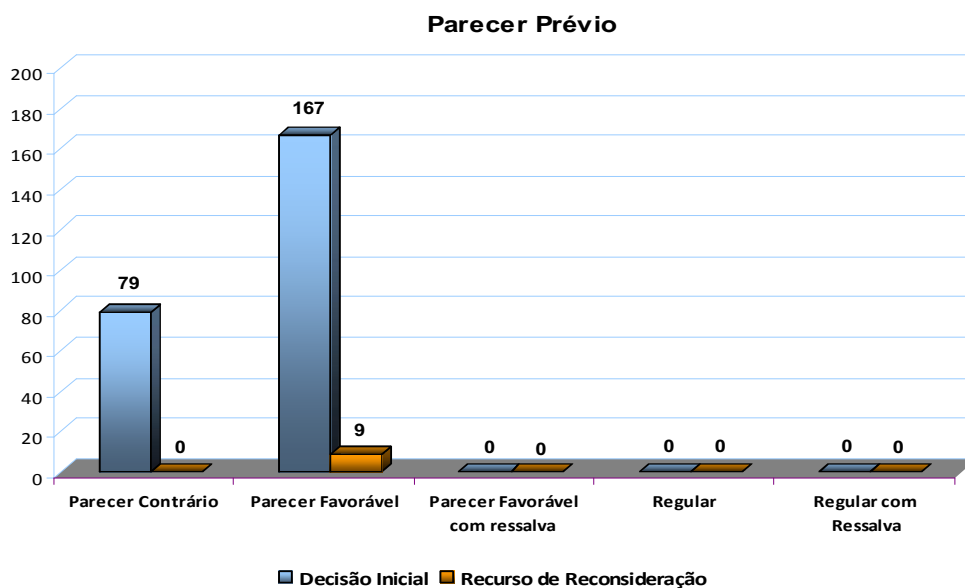
Resumidas nas tabelas e gráficos a seguir, a quantidade de julgados/apreciados e a natureza das decisões – favorável, contrária, regular, irregular – propiciam uma visão crítica desses resultados.

Tabela: 8 Parecer Prévio – Resultado e Objeto /2011

Resultado	Decisão Inicial	Recurso de Reconsideração	Parecer Prévio
Parecer Contrário	79	00	79
Parecer Favorável	167	09	176
Parecer Favorável com Ressalva	00	00	00
Regular	00	00	00
Regular com Ressalva	00	00	00
Total	246	09	255

Fonte: Sistema Tramita

Gráfico:6



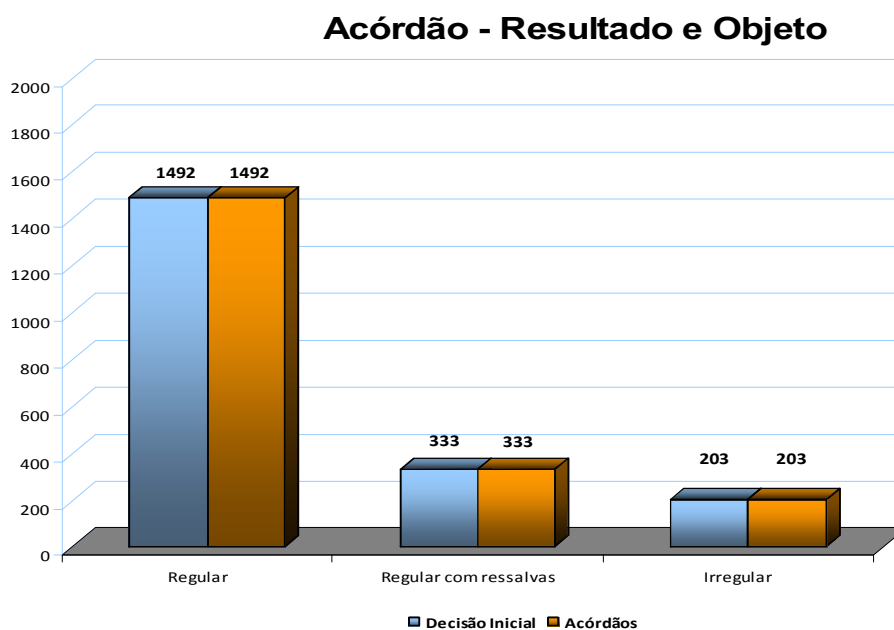
Fonte: Sistema Tramita

Tabela: 9 Acórdãos - Resultado e Objeto/2011

Julgamento	Acórdãos	Decisão Inicial
Regular	1492	1492
Regular com ressalvas	333	333
Irregular	203	203
Total	2028	2028

Fonte: Sistema Tramita

Gráfico: 7



Fonte: Sistema Tramita

Tabela: 10 Acórdãos – Resultado e Tipo de Jurisdicionado/2011

ACÓRDÃOS - RESULTADO E TIPO DE JURISDICIONADO				
ÓRGÃOS	JULGAMENTOS			
	REGULAR	REGULAR COM RESSALVAS	IRREGULAR	TOTAL
Autarquia	195	44	27	266
Câmara Municipal	177	52	23	252
Empresa Pública	05	02	00	07
Fundação	18	06	04	28
Fundo	53	45	22	120
Governo do Estado	00	00	00	00
Órgão	116	40	08	164
Órgão Especial	24	03	01	28
Órgão Independente	10	00	01	11
Prefeitura	605	83	92	780
Secretaria de Estado	139	42	17	198
Sociedade de Economia Mista	150	16	08	174
TOTAL	1492	333	203	2028

Fonte: Sistema Tramita

2.6. Corregedoria

A Corregedoria do Tribunal de Contas acompanha o encaminhamento dos Acórdãos e das decisões emanadas dos seus órgãos deliberativos, cobrando dos gestores públicos, entre Prefeitos e demais responsáveis, o cumprimento das decisões, inclusive no controle das respectivas manifestações ao Tribunal sobre as providências adotadas nesse sentido.

Foram relacionados em 2011, **829** responsáveis por desvios de recursos, perfazendo um total de **707** acórdãos encaminhados ao Ministério Público para cobrança executiva, num montante de débito equivalente a **R\$ 37.787.099,42** (trinta e sete milhões, setecentos e oitenta e sete mil, noventa e nove reais e quarenta e dois centavos), conforme apresenta a tabela 11. A Corregedoria analisou ainda **302** processos, acerca da verificação de cumprimento de decisões, sendo destes **100** por cumprimento integral, **110** por cumprimento parcial e **92** pelo não cumprimento. Registrou-se também **81** pedidos de informações que subsidiaram a emissão de certidões através da Secretaria do Tribunal Pleno.

Com o objetivo de verificar o cumprimento das decisões emanadas da Corte, a Corregedoria realizou 141 diligências em 79 municípios.

Tabela: 11 Acórdãos Remetidos ao Ministério Público Estadual

Remessa	Prefeitura	Órgão Estadual	Câmara	Total de Acórdãos	Total de Responsáveis	Valor R\$
113ªR/ Fev	222	55	45	322	376	20.241.900,36
114ª R/Maio	100	33	43	176	214	7.927.809,57
115ª R/Set	117	68	24	209	239	9.617.389,49
TOTAL	439	156	112	707	829	37.787.099,42

Fonte: Corregedoria

2.7. Consultas

O Art. 174 do Regimento Interno estabelece que o Tribunal de Contas decidirá sobre consultas quanto a dúvidas de natureza interpretativa do direito em tese, suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência. O parecer emitido sobre as consultas formuladas possui caráter normativo e constitui prejulgamento em tese, não se admitindo matéria de fato ou caso concreto.

O Tribunal não responderá às consultas que não se revistam das formalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo anterior. As quais passarão pelo crivo da Consultoria Jurídica, que, assim entendendo, responderá aos questionamentos em caráter administrativo cujo objetivo é, tão somente, nortear procedimentos dos consulentes.

No exercício de 2011, o TCE respondeu a **32** consultas, conforme discriminado abaixo.

Tabela: 12 Consultas respondidas pelo TCE

Formas de Resposta	Trimestres				
	1º	2º	3º	4º	Total
Respondidas pelo Tribunal Pleno	2	3	0	0	5
Respondidas Administrativamente	0	10	5	12	27
Consultas Respondidas Pelo TCE	2	13	5	12	32

Fonte: GAPRE

2.8. Denúncias

Qualquer cidadão, partido político, associação legalmente instituída ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, na forma do Regimento Interno RN-TC - Nº 10/2010.

É julgada como PROCEDENTE, PROCEDENTE EM PARTE ou IMPROCEDENTE, nos termos do Regimento Interno, pelo órgão colegiado competente, a denúncia que observe os requisitos exigidos e que tenha sua instrução processual finalizada. Em 2011, no que se refere a denúncias e representações, temos a situação abaixo detalhada:

Tabela: 13 Denúncias e Representações

Quantidade de Denúncias Protocolizadas e Julgadas					
Protocolizadas	Denúncia		Representação		Total
	Documento	Processo	Documento	Processo	
	308	144	21	8	
Julgadas	159		5		164

Fonte: Tramita

2.9. Bloqueio de Prefeituras e Câmaras

Em 2011, a remessa tardia de balancetes mensais ao exame do TCE resultou no bloqueio das contas bancárias de **24** Prefeituras Municipais e de **09** Câmaras. Trata-se de providência que, legalmente amparada, leva os retardatários à correção imediata da falha para os gestores.

Neste período, ocorreram bloqueios nas contas das prefeituras e câmaras municipais relacionadas na tabela abaixo.

Tabela: 14 Bloqueio de Prefeituras/Câmaras

Trimestre	Prefeituras Municipais	Quant.	Câmaras Municipais	Quant.
1º	Aparecida, Fagundes, Juru, Marcação e Nova Olinda	05	Curral de Cima, Mataraca e Pitimbu	03
2º	Alagoinha, Aroeiras, Catingueira, Emas, Fagundes, Imaculada e Marcação.	08	Bayeux, Belém de Brejo do Cruz, Itapororoca, Jacaraú e São Bento .	05
3º	Ingá, Marcação, Santa Inês e Catingueira	04	----	00
4º	Algodão de Jandaíra, Bayeux, Fagundes, Marcação, Natuba, Pilar e Riachão	07	São José de Brejo do Cruz	01
Total		24		09

Fonte: GAPRE

2.10 Fiscalizações

Os Departamentos da Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI, unidade técnica da Corte, e o Programa VOCÊ - Voluntários do Controle Externo - promoveram, no período, 598 inspeções *in loco*, em órgãos ou entidades das administrações direta e indireta do Estado e dos Municípios, com o escopo de instruir processos das mais diversas naturezas.

Tabela: 15 Inspeções *in loco* por Setores

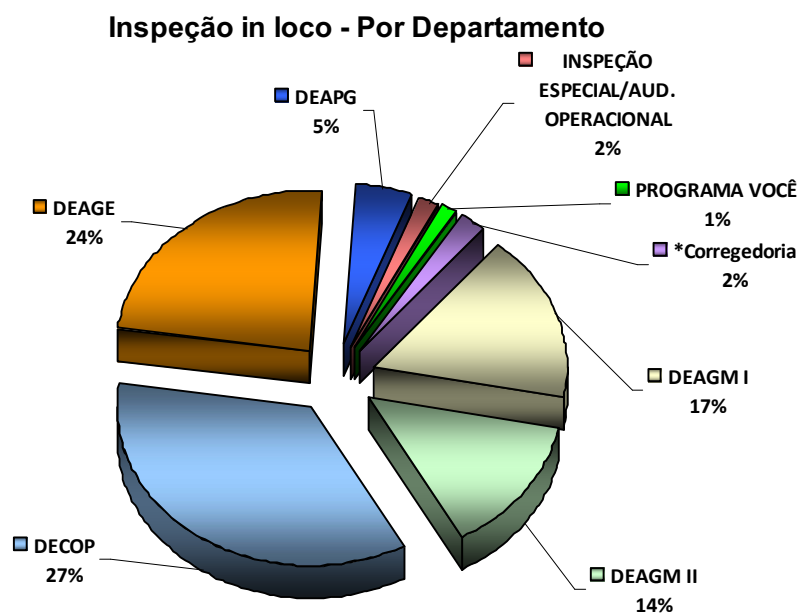
SETORES	Jan a Mar	Abr a Jun	Jul a Set	Out a Dez	Total %
Departamento de Auditoria da Gestão Municipal I - DEAGM I	28	26	25	22	17%
Departamento de Auditoria da Gestão Municipal II - DEAGM II	23	26	17	17	14%
Departamento de Auditoria de Licitações, Contratos e Obras Públicas - DECOP	77	67	37	31	35%
Departamento de Auditoria da Gestão Estadual - DEAGE	30	46	39	27	24%
Departamento de Auditoria de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária - DEAPG	05	13	6	04	5%
INSPEÇÃO ESPECIAL/AUD. OPERACIONAL	00	00	11	00	2%
PROGRAMA VOCÊ	06	02	00	00	1%
*Corregedoria	13	00	00	00	2%
Total	182	180	135	101	100%

Fonte: DIAFI

*Os dados relativos às inspeções realizadas pela Corregedoria nos três últimos trimestres estão demonstrados no item 3.5

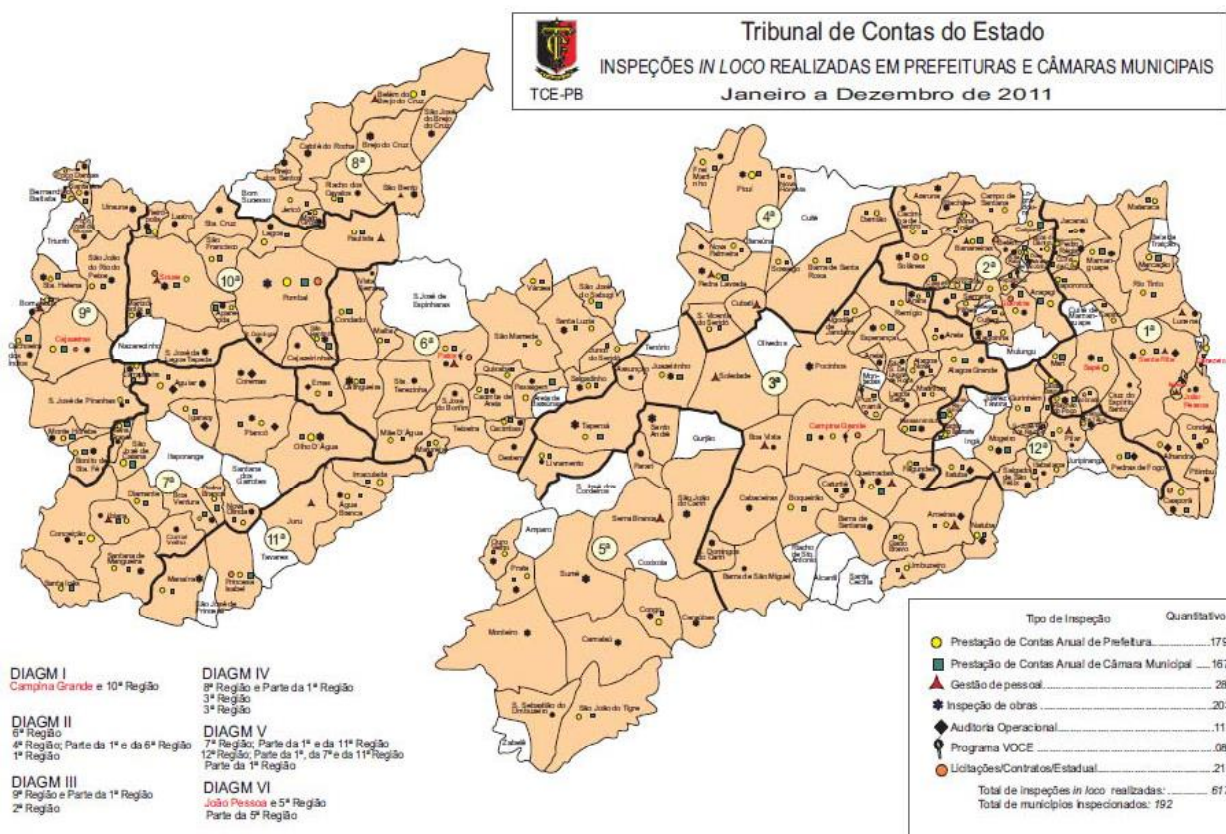
O gráfico 8, demonstra que, do total das inspeções realizadas no exercício, 27% foram oriundas do Departamento de Auditoria de Licitações, Contratos e Obras Públicas – DECOP.

Gráfico: 8



Fonte: DIAFI

Inspeções *in loco* realizadas em Prefeituras e Câmaras Municipais



3. Auditorias Operacionais

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi inserida no rol de atribuições do controle externo no Brasil a obrigatoriedade de realização de fiscalizações de natureza operacional, ao lado das demais formas de fiscalização das verbas públicas. A partir de então, as Cortes de Contas do país passaram a introduzir em suas Constituições competência para a prática desse novo modelo de auditoria.

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, desde o exercício de 2007, vem promovendo Auditorias Operacionais, dentre as quais podem ser destacadas as realizadas na área de Educação – Formação de Professores; na área de Saúde – Hospital de Trauma do Estado e Estratégia Saúde da Família; na área de Saneamento – Abastecimento de Água e na área do Meio Ambiente. Os grupos incumbidos da realização das auditorias são designados por meio de portaria da Presidência e atuam em consonância com o cronograma de trabalho e as orientações dos especialistas do PROMOEX.

Em janeiro de 2011, foi realizada a Auditoria Operacional em Saneamento, cujo tema foi “Avaliar o Sistema de Abastecimento de Água do Estado da Paraíba, com foco nas dificuldades da gestão do sistema”, tendo o Tribunal Pleno, por meio da Resolução RPL TC N° 048/2011, deliberado acerca da necessidade de melhor informação sobre as ações e os estabelecimentos de critérios e modos de acompanhamento da implantação e fiscalização na aplicação dos recursos.

Durante o exercício, os trabalhos de auditoria operacional envolveram também duas ações de monitoramento, ocasião em que foi verificada a implementação das medidas recomendadas pelo Tribunal quanto às observações feitas pela auditoria. Com essa finalidade, foi realizado em abril de 2011, o segundo Monitoramento em Auditoria Operacional na função Educação, cujo tema foi “Avaliar os Sistemas de Planejamento, Controle Interno e Monitoramento dos Projetos Contratados pelo Estado da Paraíba, para as Iniciativas de Formação Continuada de Professores”, tendo o Tribunal Pleno editado a Resolução RPL – TC n° 024/2011, com recomendações aos gestores envolvidos.

Nesse mesmo sentido, foi realizado, em setembro e novembro, respectivamente, o acompanhamento e a avaliação no Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena e um novo trabalho de Auditoria Operacional, desta vez em MEIO AMBIENTE, para “Avaliar a Situação Ambiental do Entorno dos Principais Reservatórios Artificiais do Estado da Paraíba”.

3.1. Ouvidoria

A Ouvidoria do TCE foi instituída em dezembro de 2006 e representa mais um meio de que se utiliza o TCE para, funcionando em diferentes aspectos, assegurar a celeridade no atendimento das sugestões e críticas, no tratamento das informações e na apuração das reclamações recebidas pela Corte. A Ouvidoria do TCE/PB tem por finalidade manter um canal de comunicação entre o cidadão e o TCE.

Nos termos dos arts. 171 a 175 do Regimento Interno, cabe à Ouvidoria receber a denúncia, reclamação, sugestão, solicitação, elogio, crítica e outros, dando-lhes o devido encaminhamento, conforme o caso. A Tabela 16 apresentada a seguir, demonstra que em 2011 registrou-se **1.358** procedimentos. Destes, **30%** corresponderam a exame de admissibilidade de denúncias recebidas na Corte, as quais, respeitados os casos, conforme entendimento da Ouvidoria, algumas matérias, após o crivo do relator, foram convertidas em processos autônomos ou anexadas às respectivas prestações de contas anuais para análise conjunta. Neste aspecto, foram formalizados no período 149 processos de denúncias.

Tabela: 16

Procedimentos registrados na Ouvidoria (janeiro a dezembro de 2011)			
Natureza	Objeto	Quantidade	%
1) Documentos (recebidos)	Denúncia	379	28%
2) Relatório de Admissibilidade	Denúncia	410	30%
2.1	Processos Formalizados	149	11%
3) Outras demandas			
3.1	E-mails recebidos	244	18%
3.2	Atendimento (presencial)	90	7%
3.2	Atendimento (telefone)	235	17%
Total		1358	100%

Fonte: Ouvidoria

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Gestão à Vista

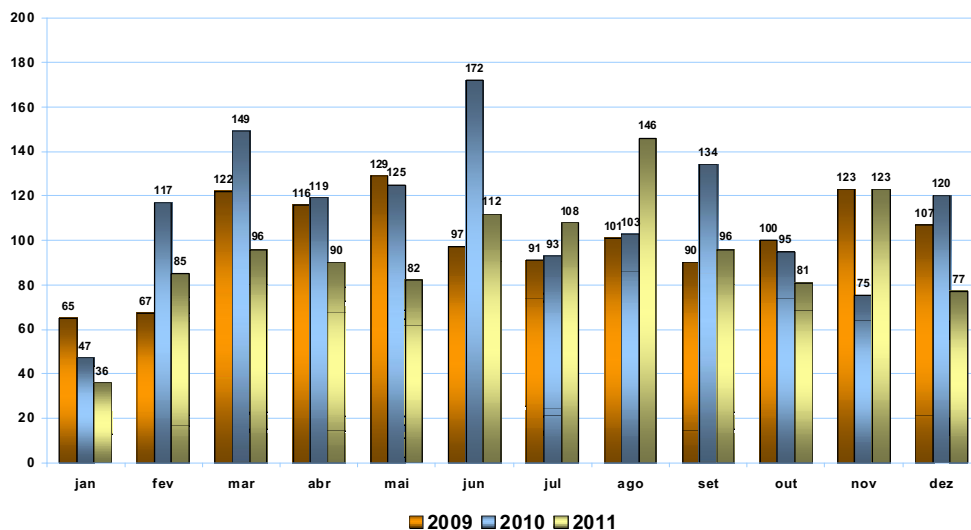
Trata-se de uma ferramenta introduzida pela atual Presidência da Corte com o objetivo de estreitar a comunicação organizacional e transmitir maior conhecimento dos resultados do trabalho produzido pelo TCE-PB, além de iniciar um processo de envolvimento e participação de todos os servidores em busca da melhoria da qualidade.

Utilizando-se dessa ferramenta, a Presidência do TCE-PB se valeu de imagens gráficas, dispensando o uso das palavras, para compartilhar com os servidores os resultados técnicos e administrativos obtidos em 2011. A disponibilização dos dados relativos à produção de processos julgados pelos órgãos colegiados, bem como das despesas administrativas relativas aos três últimos exercícios é feita com a intenção de tornar as informações mais acessíveis, contemplando, principalmente, a participação de todo o quadro da Corte, considerando que, quando as pessoas tomam consciência de um problema, fica mais fácil caminhar para a solução.

Nesse contexto, a Presidência espera que, através da comparação com padrões já existentes, seja possível buscar melhores resultados.

Gráfico:09

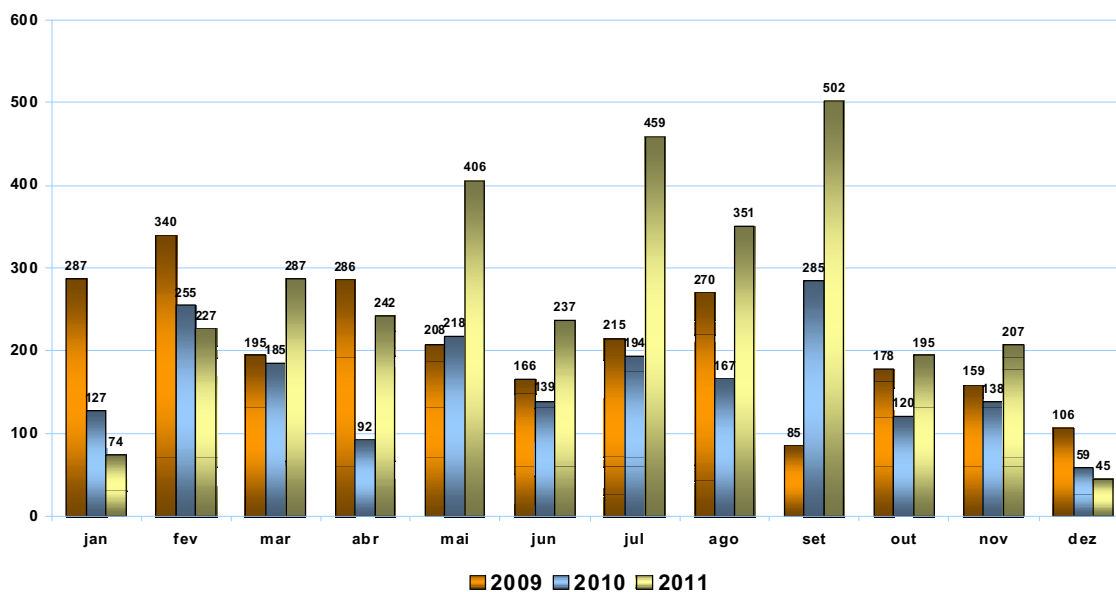
**PROCESSOS JULGADOS NO PLENO EM
2009/2010/2011**



Fonte: Gapre

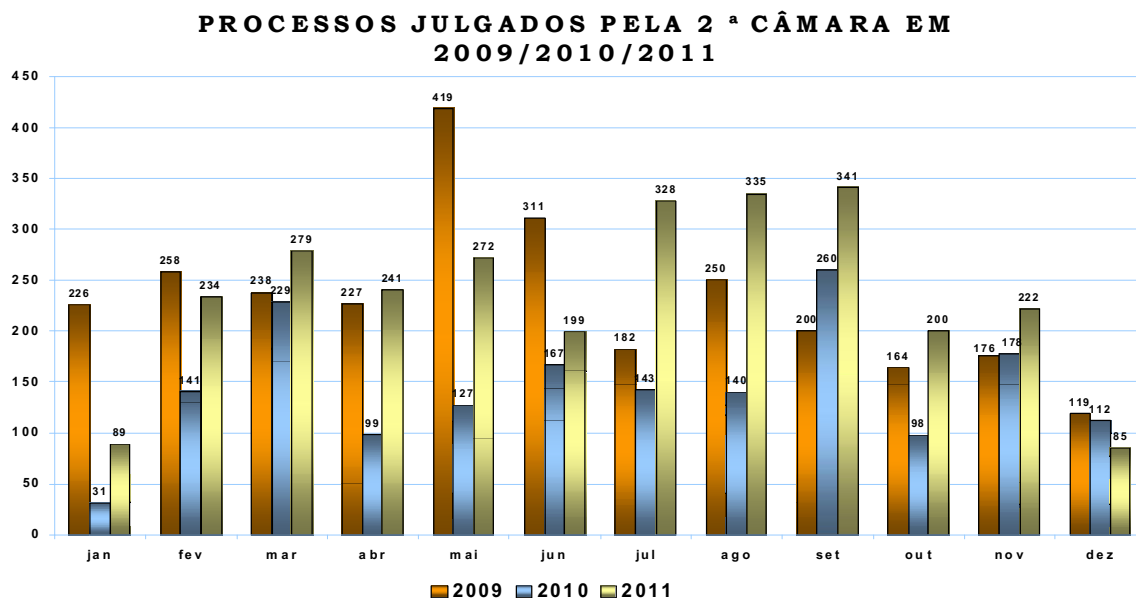
Gráfico:10

**PROCESSOS JULGADOS PELA 1ª CÂMARA EM
2009/2010/2011**



Fonte: Gapre

Gráfico:11



Fonte: Gapre

4.2 Ações e Eventos Relevantes

4.2.1 Tecnologia da Informação

4.2.1.1 Citações, Intimações e Prorrogações

O TCE tem conquistado avanços históricos na fiscalização e no controle das contas públicas, notadamente após a implantação do processo eletrônico, que passou a agregar à função fiscalizadora exercida pelo TCE-PB, o equilíbrio e o acompanhamento das contas públicas. Hoje, a Corte atua de forma a viabilizar os melhores meios que possibilitem aos gestores públicos um desempenho correto, não apenas no tocante à legalidade dos gastos públicos, mas também, na preservação do interesse coletivo.

4.2.1.2 Nova forma de envio das Prestações de Contas

Nessa perspectiva, o Tribunal de Contas da Paraíba investiu incessantemente na inovação tecnológica, destacando-se a nova forma de envio das prestações de contas anuais das Prefeituras e Câmaras Municipais através de mídias eletrônicas, o que possibilitou ganhos reais de velocidade na tramitação. A partir de então, as citações passaram a ser demandadas pelos gabinetes através de despacho eletrônico para as devidas secretarias. Assim, as citações manuais foram extintas, passando

a ser geradas automaticamente pelo sistema que permite a seleção e a identificação dos interessados e dos seus respectivos endereços diretamente na tela. Esse mecanismo gera um texto padrão e com maior eficácia interage o trâmite de correspondências entre o Tribunal e os Correios facilitando o controle das correspondências enviadas. Cumprida a sequência desses procedimentos, o sistema dá início à contagem do prazo processual de defesa que são gerenciados exclusivamente pelo sistema, seguindo as normas da Lei Orgânica e do Regimento Interno. Assim, todas as intimações são realizadas através do Diário Oficial Eletrônico.

De forma similar, são conduzidas todas as intimações, sejam: para apresentação e prorrogação de prazos para defesa; para complementação de instrução e intimação para sessão.

Os procedimentos burocráticos foram substituídos por atividades padronizadas ou automatizadas pelo sistema, evidenciando-se ganhos na celeridade processual, maior controle gerencial e padronização dos atos.

O novo modelo de apresentação das prestações de contas anuais pelos gestores paraibanos está representado na Figura 1, que tem seu conteúdo formatado em mídia eletretrônica (CD ROM).

Figura: 1



4.3 Reforço ao Processo Eletrônico

Visando atender a implementação do processo eletrônico, foram adquiridos por meio de pregão equipamentos e software para a unidade de armazenamento de dados (storage), ampliando sua capacidade em 100% sobre a atual.

O Tribunal adquiriu em 2011 um software para extração, transformação e carga de dados objetivando a análise e a emissão de relatórios dentro de um ambiente de “Business Intelligence” (Suporte à Decisão e Análise). O QlikWiew é um aplicativo que, além de ser uma ferramenta de mineração de dados, foi adquirida com a função de apresentar informações em mapas temáticos com valores e escalas de cores, permitindo as funcionalidades de filtros e navegação de forma visual.

4.4 Georreferenciamento de Obras Públicas – GEOPB

O GeoPB é um sistema de informações geográficas (SIG), desenvolvido pelo TCE em parceria com a UFCG, para receber e dar tratamento computacional aos dados referentes a obras e serviços de engenharia dos seus jurisdicionados. Esse aplicativo entrou em funcionamento em 2011 através de um projeto-piloto envolvendo 19 municípios. A ideia é que a partir de janeiro de 2012, todos os jurisdicionados municipais sejam devidamente treinados e habilitados para a nova ferramenta.

O GeoPB é dividido em dois grandes ambientes: interno e externo. O interno tem o propósito de subsidiar as auditorias de obras, já o ambiente externo está subdividido em uma parte para atender basicamente ao envio dos dados das obras por parte dos jurisdicionados, sendo acessado mediante senha. Outra parte do ambiente externo, com acesso livre, permite dotar a sociedade de suporte para o acompanhamento das obras públicas, possibilitando, assim, o exercício de controle social. Com a implantação do GeoPb por meio da Resolução Normativa 05/2011, brevemente o Tribunal de Contas da Paraíba será o fiel depositário do maior e mais organizado banco de dados dos bens patrimoniais do Estado e, ainda, do acompanhamento da execução de obras. Assim, o TCE atua com mais transparência e propicia a sociedade de meios para que qualquer cidadão possa exercer à sua fiscalização.

5. SEMINÁRIOS, PALESTRAS E EVENTOS

5.1 Acompanhamento da Gestão Estadual

No exercício de 2011 foi realizado o acompanhamento da execução orçamentária do Governo do Estado, resultando na emissão de alertas em relação a: Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2010; Lei Orçamentária Anual do exercício de 2011; Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2012; Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos poderes e do ente, bem como dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) entregues até dezembro; exame das aplicações em ações e serviços públicos de saúde, manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) e dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério e aplicação de parte do saldo financeiro do FUNDEB do exercício de 2010.

Ainda na esfera estadual, cabe destacar a realização de inspeções especiais nas Unidades Regionais de Saúde dos seguintes Municípios: 1. Guarabira (Hospital Regional de Guarabira), 2. Belém (Hospital Luiz Alexandrino da Silva), 3. Solânea (Hospital Francisco Assis Freitas), 4. Princesa Isabel (Hospital Regional José Pereira de Lima), 5. Patos (5.1 Hospital Regional Deputado Janduir Carneiro, 5.2 Hospital Infantil Noaldo Leite e 5.3 Maternidade Peregrino Filho), 6. Cajazeiras (Hospital Regional de Cajazeiras) e 7. Sousa (Hospital Regional Deputado Manoel Gonçalves de Abrantes). Tais inspeções englobaram a verificação de controle de estoque de medicamentos, estrutura física das Unidades de Saúde, Comissões Hospitalares, concessão de adiantamentos, despesas sem licitação, prazo de validade de medicamentos, quadro de servidores, entre outros.

5.2 Acompanhamento da Gestão Municipal

No âmbito municipal, o Tribunal realizou ações de acompanhamento quanto ao movimento financeiro de municípios que, no decorrer do exercício de 2011, apresentaram saldos elevados em caixa nos balancetes mensais encaminhados ao TCE. Nesse sentido, foram realizadas inspeções especiais nos municípios de Catingueira, Bom Jesus, Cacimba de Areia, Catolé do Rocha, Monteiro, Manaíra e Santa Inês.

5.3 Encontro do GAP

O I Encontro Regional Técnico do Grupo de Atos de Pessoal – GAP/PROMOEX, ocorrido em abril, teve como objetivo possibilitar a elaboração de um diagnóstico da situação de cada um dos Tribunais de Contas na área de controle de atos de pessoal da Região Nordeste, compreendendo o exame da legalidade dos atos de admissão, bem como dos atos de concessões de aposentadorias, reformas e pensões para fins de registro. Naquela oportunidade, foram discutidas questões relevantes sobre a matéria, seguindo-se de apresentação dos recursos tecnológicos e avanços alcançados pelos Tribunais de Contas no tema proposto.

Cada região foi representada por um Coordenador que teve a missão de captar procedimentos e ferramentas para agilizar as análises dos atos de administração de pessoal, entre as demais Cortes de Contas.

5.4 Encontro de Regimes Próprios de Previdência

Representantes e gestores de 70 Institutos de Previdência dos Servidores Estaduais e Municipais, participaram, no mês de maio, do Encontro dos Gestores dos RPPS. O evento abordou a importância do Sistema de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social (SIPREV - Gestão/RPPS). Trata-se de uma ferramenta para gerenciamento das informações sobre servidores públicos civis e militares ativos e inativos, pensionistas e demais dependentes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A iniciativa da Corte partiu da necessidade de os Regimes Próprios de Previdência possuírem um banco de dados capaz de assegurar a viabilidade do sistema, garantindo a confiabilidade da concessão de benefícios aos seus segurados. Na oportunidade, a Coordenadora de Estudos Estatísticos da Secretaria de Previdência Social, Sra. Cleide Pereira de Melo da Costa, discorreu na ocasião sobre: “A importância da utilização do SIPREV – uma ferramenta de gestão RPPS”.

5.5 Seminário sobre Contratações no Serviço Público

O Seminário sobre Contratação no Serviço Público, ocorrido em julho/11, trouxe a debate dois temas de grande relevância no âmbito público. O primeiro, conduzido pela Prof^a Dra. Cristiana Fortini, da UFMG, abordou a contratação de serviços de publicidade, bem como de servidores para os programas federais temporários. Na sequência, falou o saudoso Prof^o. Dr. Carlos Pinto Coelho Mota, sobre Contratação de Publicidade e Propaganda pela Administração Pública.

O evento teve como público-alvo gestores municipais, estaduais e federais, publicitários e advogados, que, somando-se aos servidores do TCE totalizaram 455 participantes.

5.6 Seminário Sobre Saúde Pública no Brasil

Buscando fundamentar o posicionamento da Corte acerca das aplicações em ações e serviços públicos de saúde e despesa condicionada prevista constitucionalmente, o Tribunal realizou no mês de agosto o Seminário Sobre Saúde Pública no Brasil - Problemas e Soluções, tendo como conferencista o Prof. Dr. José Gomes Temporão, ex-Ministro da Saúde. Outras autoridades ligadas à área da saúde da Paraíba tiveram a

oportunidade de apresentar oito painéis abordando os seguintes temas: A Saúde Pública na Paraíba sob a Ótica do CRM; A Judicialização da Saúde; Relações Trabalhistas no âmbito da Saúde Pública; Atendimento e Acesso aos Serviços Hospitalares; O Papel do Estado na Programação Pactuada Integrada da Saúde; A Contratação de Profissionais para PSF; O Papel do Município na Concreção do Direito Fundamental à Saúde; O Referenciamento e a Compensação.

5.7 I Encontro Técnico dos TCs Sobre Processo Eletrônico e Contas do Governo

O Encontro, ocorrido na sede do Tribunal de Contas, contou com a participação de vinte Tribunais de Contas e aproximadamente 150 técnicos, que tiveram a oportunidade de compartilhar experiências em relação a Processo Eletrônico e Contas do Governo. Os debates ficaram a cargo de dois grupos: o primeiro discutiu o Processo Eletrônico, visando, sobretudo, ao intercâmbio entre membros e técnicos envolvidos em sistemas de processamento de matérias de competências dos TC's, ficando, com o segundo, a troca de experiências em relação aos sistemas utilizados para a elaboração do relatório das contas de governo.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi o responsável por expor seu conhecimento no exame das contas dos municípios.

Na ocasião, foi criada comissão responsável por propor diretrizes de implantação do processo eletrônico no âmbito do PROMOEX. Ao final do encontro, foi consensual o entendimento dos técnicos envolvidos quanto à necessidade de definir meios para divulgação de informações sobre Contas do Governo.

5.8 Capacitação e Especialização de Educação Municipal

O TCE reuniu, no mês de setembro, 39 participantes dentre Prefeitos e Secretários de Educação Municipal para discutir sobre a capacitação e especialização telepresencial em Gestão Pública para servidores municipais e estaduais.

O Curso programado para fevereiro de 2012, integra a lista de mais uma ação da Corte, que busca levar conhecimento e capacitação àqueles que atuam diretamente nas prestações de contas.

5.9 Terceirização no Setor Público

O Seminário sobre Terceirização no Setor Público trouxe a discussão o tema: Organizações Sociais X Administração Pública. A palestra foi proferida pelo Juiz Federal e membro do Conselho Nacional de

Justiça Silvio Luís Ferreira da Rocha, que, naquela ocasião, afirmou que a organização social não pode substituir o poder judiciário e, considerou que entes chamados do Terceiro Setor, não podem substituir o Estado em seus deveres constitucionais.

O evento realizado em outubro concluiu o ciclo de palestras idealizadas pelo TCE para orientação aos gestores públicos.

5.10 Outros eventos

O TCE promove eventos e/ou recebe, frequentemente, convites para que seus membros e servidores participem de congressos, cursos, seminários, encontros e eventos de diversas naturezas promovidos por instituições públicas ou privadas, como promotores, expositores, palestrantes, instrutores, membros de mesa diretoras ou homenageados, ou, aproveitando o ensejo, para reciclagem e adição de conhecimentos, conforme destacado na tabela 15.

Tabela: 15

EVENTO	LOCAL/DATA	PARTICIPANTES	CONDIÇÃO
Apresentação do Portal do Gestor e Envio de Documentos para Gestores da Administração Direta	Plenário Min. João Agripino 27/01/2011	Cons. Fernando Rodrigues Catão	Presidente
Treinamento aos Secretários de Estado e aos Secretários Executivos Estaduais	Plenário Min. João Agripino 31/01/2011	Cons. Fernando Rodrigues Catão	Presidente
Seminário do Ministério Público pela Educação	Ministério Público 17/02/2011	ACP Glaucio Xavier (Assessor Técnico)	Representante
1ª Reunião do SISBIN/PB/2011	Prédio da DATAPREV 15/03/2011	Cons. Fernando Catão, ACPs Hélio Carneiro e Humberto Gurgel	Presidente
2º Encontro Norte e Nordeste dos TCs	Belém 16 a 19/03/2011	Cons. Antônio Nominando Diniz Filho	Mediador
Seminário "Águas do São Francisco na Paraíba"	Auditório da reitoria da UFPB 22/03/2011	Cons. Fernando Rodrigues Catão	Presidente
Reunião sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal	Auditório do Ministério Público 29/03/2011	Cons. Fernando Rodrigues Catão - ACP Ed Wilson Santana	Presidente
Encontro Nacional do Grupo Nacional de Combate as Organizações Criminosas	Estação Cabo Branco 07/04/2011	Cons. Arthur P. Cunha Lima	Representando
III Fórum Brasileiro de Direito Administrativo	Aracaju 06 a 09/04/2011	Cons. Antônio Nominando Diniz Filho	Representando
Programa de Extensão por uma gestão responsável, convênio entre a Escola de Contas Cons. Otacilio Silveira e a Faculdade - FAFIC	Cajazeiras 14/06/2011	Cons. Fernando Rodrigues Catão, Consultor Jurídico Eugênio Nóbrega - Assessor de Imprensa Marcos Tavares	Presidente
Reunião Técnica sobre Acompanhamento de Execução do Planejamento Estratégico	TC do Distrito Federal 01 a 03/05/2011	Cons. Fernando Rodrigues Catão	Presidente
VII Congresso Mineiro de Direito Administrativo	Belo Horizonte - MG 23 a 25/05/2011	Cons. Antônio Nominando Diniz Filho	Representando
1º Encontro Centro-Oeste dos Tribunais de Contas	Campo Grande - MS 25 e 26/05/2011	Cons. Antônio Nominando Diniz Filho	Representando
Palestra sobre Obrigatoriedade da NF em operações com Órgãos Públicos	Plenário Min. João Agripino Filho 10/06/2011	Cons. Fernando Rodrigues Catão	Presidente
Palestra no TCE-Sergipe sobre o SAGRES	16 a 18/06/2011	Cons. Antônio Nominando Diniz Filho e Cons. Fábio Túlio F. Nogueira - Vice-Pres.	Representando
Sessão solene de posse do Promotor de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Vale	Cine Bangüê do Espaço Cultural 29/8/2011	Cons. Arthur Paredes Cunha Lima	Representando
Encontro de Imprensa oficiais, o Cons. Pres. Fernando Catão, participou como palestrante sobre o tema: "Transparência dos atos de Gestão"	Auditório do Hotel Hardman 23/9/2011	Cons. Fernando Rodrigues Catão	Presidente (Palestrante)
II Encontro de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas	Auditório do TCE - Rio de Janeiro 10 a 12/08/2011	Cons. Arnóbio Alves Viana	Representando
VII Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública	Rio de Janeiro 11 e 12/08/2011	Cons. Arnóbio Alves Viana	Representando
III Seminário Nacional de Comunicação dos TC's	TCE-RJ 02 a 05/10/2011	Cons. Fernando Rodrigues Catão	Presidente
XXVI Congresso dos Tribunais de Contas	Belém/PA	Cons. Fernando Rodrigues Catão e Cons. Arnóbio Alves Viana	Presidente
Palestra sobre Terceirização do Serviço Público	Plenário Min. João Agripino Filho	Cons. Fernando Rodrigues Catão	Presidente
Reunião sobre Georeferenciamento da Paraíba	Plenário Min. João Agripino Filho 02/11/2011	Cons. Fernando Rodrigues Catão	Presidente
VII Ciclo de Debates Juidicos do IESP	Auditório do Fórum Cível 11/11/2011	Cons. Fernando Rodrigueus Catão	Palestrante
Solendiade de Abertura da 1ª Conferência Municipal sobre transparência Pública e Controle Social	Cine Bangüê Espaço Cultural José Lins do Régio 01/12/2011	ACP Francisco Pordeus de Souza	Representando
Abertura do XII Jogos nacionais de Integração dos Servidores da Polícia Federal	Ginásio Roldão 01/12/2011	Auditor Oscar Mamede S. Melo	Representando

Fonte: Cerimonial

5.11 Divulgação Institucional

5.11.1 Transparência

A transparência na administração pública é uma obrigação imposta aos administradores públicos. Sendo assim, o Tribunal de Contas do Estado, órgão que exerce a fiscalização e controle do dinheiro público, não se eximiria dessa imposição constitucional.

O Portal do Tribunal utiliza-se dos avanços tecnológicos para inovar na aproximação entre as ações da Corte e a sociedade, possibilitando a esta o exercício da responsabilidade social.

Na WEB desde 1998, o Tribunal mantém portal onde divulga seus procedimentos, informações e dados acerca da gestão pública estadual e municipal paraibanas, bem como de normas – internas e externas – que condicionam a atuação do gestor público, além das diligências que serão realizadas na semana.

No Portal - <http://www.tce.pb.gov.br> -, são disponibilizados, entre outros serviços:

- o SAGRES ON LINE, através do qual todo cidadão pode acompanhar e avaliar os atos dos gestores públicos, acessando as informações sobre a execução orçamentária e financeira das Administrações Direta e Indireta Estadual, Prefeituras Municipais, bem como de todas as Câmaras de Vereadores. Os dados são ali disponibilizados da forma como são recebidos pelo TCE, sem qualquer juízo emitido pelo Tribunal;
- a CONSULTA DE PROCESSOS, que permite a cada um dos 627 organismos públicos sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado acompanhar a tramitação dos seus processos por meio de consulta à Internet, bastando, para isso, clicar no link;
- o ACOMPANHAMENTO DOS ATOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, disponível aos interessados, que poderão verificar os estágios da tramitação, informando-se da data de entrada de determinado processo, por quais setores já tramitou e qual é seu relator;
- o DIÁRIO ELETRÔNICO periódico, onde os prefeitos e presidentes de Câmaras de Vereadores dos 223 municípios paraibanos poderão, inclusive, dispor de espaço para as publicações exigidas por lei, sem custo para os municípios.

A transmissão das Sessões Plenárias às quartas-feiras, pela internet, representa um grande avanço para a sociedade, pois através desse serviço não só o gestor pode acompanhar a apreciação de suas contas, como também o cidadão tem acesso a informações que antes não lhe eram asseguradas. Outro ganho para os gestores é a disponibilização das pautas e notificações para as Sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras. O Portal disponibiliza ainda as Atas das Sessões, os Relatórios de Gestão Fiscal do TCE e seus balancetes, divulgando, através dos relatórios trimestrais e anuais todas as ações técnicas e administrativas realizadas nos períodos.

Visando divulgar de maneira transparente as ações institucionais, o TCE dispõe de canais de informação voltados para os públicos interno e externo.

Todos os setores do Tribunal recebem a “Caixa de Notícias”, pela INTRANET. Seu conteúdo é atualizado diariamente e versa, basicamente, sobre assuntos institucionais, fazendo prevalecer o preceito de que a boa comunicação começa internamente.

Além disso, o Tribunal utiliza-se de murais e das mídias (jornais, revistas, rádio, televisão e boletins *online*) para disseminar fatos e notícias sobre suas ações, motivando seus quadros funcionais e o público externo.

Muitas vezes, é através da Assessoria de Comunicação que o TCE, pautado pelos princípios da transparência e da publicidade, difunde suas decisões e expedientes normativos de caráter pedagógico, orientando os gestores e, conseqüentemente, a sociedade em geral da melhor utilização dos recursos públicos.

6. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A gestão administrativa é responsável pela implementação de atividades orçamentárias, financeiras, pessoais, materiais, patrimoniais, transportes, serviços gerais e expediente interno, somando-se ao principal objetivo de auxiliar o TCE no cumprimento da sua finalidade e no desempenho de suas competências. Neste aspecto, merecem destaque os seguintes itens:

6.1 Movimentação de Recursos



Tribunal de Contas do Estado
Diretoria de Apoio Interno
Departamento de Recursos Humanos e Financeiros
Divisão de Orçamento e Finanças
BALANCETE
Referência: 1º de janeiro a 31 de dezembro 2011.

RECEITA		DESPESA	VALOR (R\$)	TOTAL
Transferências Recebidas /SIAFI	85.371.699,04	Despesas Correntes		
Transferências Recebidas-Convênio-PROMOEX	0,00	Despesas de Custeio		
		3190.11.00 - Venc. e vant fixas -Pessoal Civil	56.604.898,55	
		3190.13.01-Obrigações Patronais (INSS)	513.486,16	
		3191.13.00 - Obrigações Patronais (PBPREV)	10.839.331,51	
		3190.92.00 - Despesas de Exerc. Anteriores	1.988.174,93	
		3390.08.00 - Outros benefícios assistenciais	1.238.015,60	
		3390.14.00 - Diárias	563.687,50	
		3190.16.00 - Outras despesas variáveis	0,00	
		3390.30.00 - Material de Consumo	347.059,42	
		3390.32.00 - Material p/Distr. Gratuita	16.039,55	
		3390.33.00 - Despesas com locomoção	186.737,62	
		3390.35.00 - Serviços de Consultoria	0,00	
		3390.36.00 - Outros serviços terceiros - PF	396.428,57	
		3390.37.00 - Locação de mão de obra	1.147.475,06	
		3390.39.00 - Outros serviços terceiros - PJ	3.439.983,61	
		3390.39.58 - Outros serviços terceiros - PJ	0,00	
		3391.39.00 - Outros serviços de terceiros -PJ	17.736,98	
		3390.46.00 - Auxílio Alimentação	3.988.133,36	
		3390.47.00 - Obrig. Trib. E Contributivas	44.228,25	
		3390.49.00 - Auxílio Transporte	93.585,36	
		3390.93.00 - Indenizações e Restituições	494.061,86	
		3390.92.00 - Despesas de Exerc. Anteriores	224.314,75	
Receitas extra-orçamentárias		3190.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	915.059,00	
Restos a Pagar- TESOURO	135.078,41			83.058.437,64
Restos a Pagar - Outras	625.457,24			
TESOURO - PASEP/2011	8.202,04	Despesas de Capital		
		4490.51.00 - Obras e Instalações	0,00	
		4490.52.00 - Equip. e Material Permanente	1.352.163,54	
		4490.52.58 - Equip. e Material Permanente	0,00	84.410.601,18
		Despesas extra-orçamentárias		
		Restos a pagar -TESOURO	135.078,41	
		Restos a pagar-Outras	625.457,24	
		TESOURO - PASEP/2011	8.202,04	
		Disponibilidade financeira (TCE)	952.895,82	
		Disponibilidade financeira-Convênio-PROMOEX	0,00	
Conta Gestão	0,00			
Total	86.132.234,69	Total	86.132.234,69	

Fonte: Difin

O Demonstrativo apresenta um resumo da movimentação financeira do Tribunal no exercício.

Regularmente, o Tribunal envia o balancete correspondente à Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado. No exercício de 2011 os referidos instrumentos foram encaminhados mediante os Ofícios TCE-GAPRE de nºs 0277, 0302, 0467, 0468, 0696 e 0697/2011.

6.2 Quadro de Servidores Ampliado

Resultante do último concurso público homologado em 15/02/2007, o quadro do Controle Externo ganhou reforço com a convocação e a posse de 20 novos Auditores de Contas Públicas, divididos entre as áreas de direito, informática/computação e das demais áreas.

Para integrar os novos servidores à Corte, a ECOSIL – Escola de Contas Otacílio Silveira, realizou treinamento no período de 31/10 a 16/12.

6.3 Estagiários

O Tribunal de Contas mantém o programa de estágios para estudantes de cursos acadêmicos, ação que vem contribuindo para a celeridade dos serviços na área administrativa, na auditoria e, ainda, no campo jurídico. Resultam, igualmente, dessa iniciativa benefícios evidentes para a formação profissional dos próprios estudantes.

O investimento na manutenção do programa de estágios é uma das ações para a qual o TCE vem dispensando tratamento especial, por tratar-se de uma contribuição ao aprendizado daqueles que, futuramente, podem ocupar postos de comando nas esferas política e administrativa do País. Os estágios, antes disso, fazem parte do conjunto orgânico que é a universidade. Servem, portanto, aos principais artífices do processo de ensino-aprendizagem, questão que diz respeito ao aluno e ao professor.

Os estagiários recebem um valor de **R\$ 591,20**, que compreende bolsa de estudos e vale-transporte, possuem seguro de acidentes e, em contrapartida, cumprem carga de 20 horas semanais, das 14 às 18 horas. Cada estágio, com duração de 12 meses, pode ser prorrogável, uma única vez, por idêntico período.

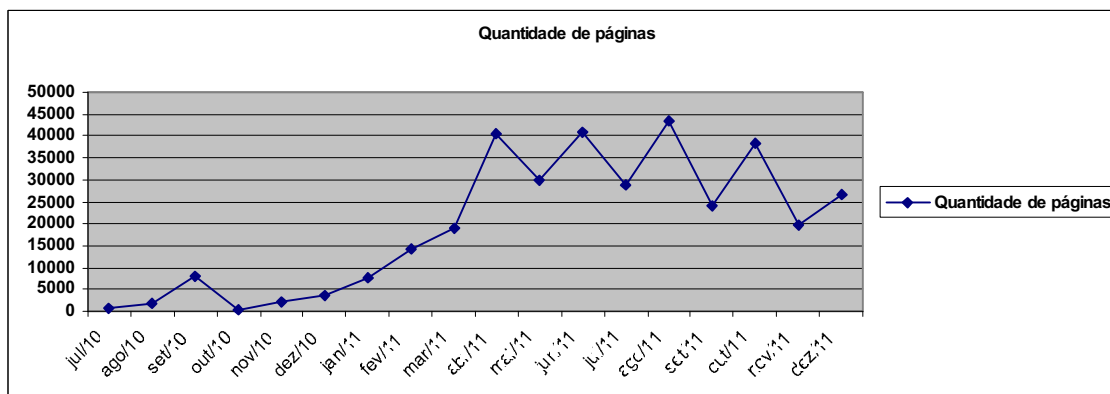
Atualmente, cumprem estágios no Tribunal de Contas **21** estudantes: **04** da Área Contábil, **08** da Área Jurídica, **01** de Biblioteconomia, **05** de Arquivologia e **03** de Ciências Econômicas

6.4 Gestão Eletrônica de Documentos – GED

A Gestão Eletrônica de Documentos – GED foi concebida a partir da necessidade de gerenciar a manutenção e a eficácia do processo eletrônico, visando a assegurar aos usuários acesso rápido e preciso na localização de documentos. Coube ao setor promover a elaboração das normas e procedimentos de controle de arquivamento de documentos físicos e eletrônicos e a conversão em codificação computacional de documentação física em eletrônica-digitalização, para permitir a inserção no sistema TRAMITA dos documentos digitalizados e eletrônicos.

Em 2011, a equipe do GED digitalizou **9.377** documentos físicos colhidos em diligências realizadas pela Auditoria, os denominados “Achados da Auditoria”, computando um total de 303.182 páginas digitalizadas. No gráfico 12, apresentado abaixo, têm-se uma visão mensal das digitalizações.

Gráfico:12

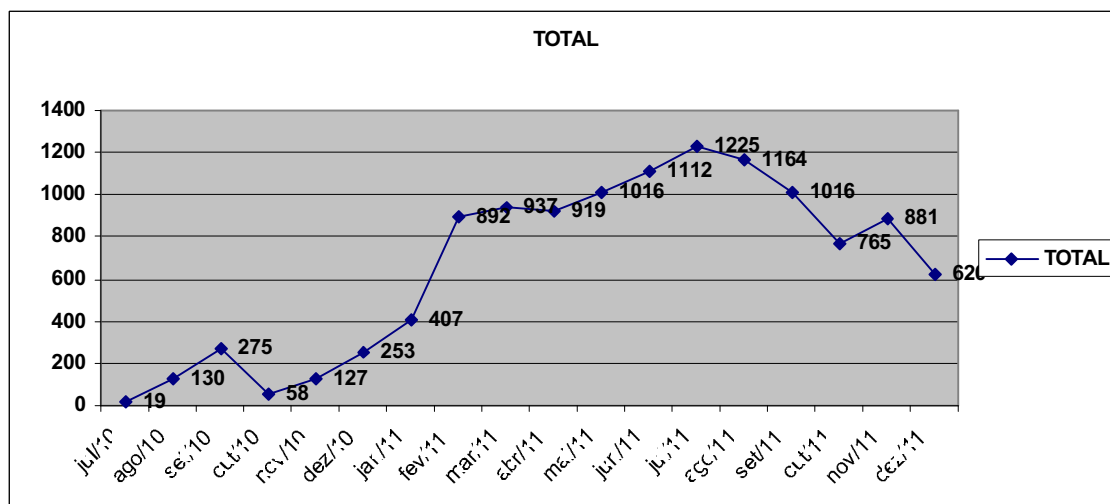


Fonte: Astec

No período, também foram convertidos em documentos eletrônicos **321** denúncias, **392** defesas, **269** adiantamentos, **32** Prestações de Contas, **129** complementações de instruções e **1.296** de outras naturezas, conforme gráfico abaixo.

Gráfico:13

Comportamento das Digitalizações



Fonte: Astec

Importante registrar que a execução dos serviços realizados durante o exercício contou com o apoio de **03** estagiários de arquivologia e 02 servidores efetivos, que rotineiramente atendem às demandas internas e externas, esta última, decorrentes das necessidades dos jurisdicionados de converter documentos físicos em eletrônicos,

conforme preceitua a tramitação eletrônica. Essa ação agrada o gestor e dota de celeridade a gestão eletrônica.

6.5 Ações de Capacitação - ECOSIL

O Projeto Pedagógico da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira – ECOSIL, foi normatizado através da Resolução Administrativa – RA – TC 10/2009 e tem como principal objetivo estabelecer a identidade e as diretrizes pedagógicas da educação corporativa da Corte.

Nesse sentido, visa a identificar as necessidades do corpo de servidores e definir as prioridades de treinamentos e ações necessárias para a capacitação interna e o aperfeiçoamento da gestão pública.

A Escola de Contas Otacílio Silveira assume totalmente as ações internas de capacitação e de desenvolvimento dos servidores da Corte, além de manter uma fiel preocupação com a orientação dos gestores paraibanos. Em 2011, a Escola promoveu os cursos e eventos a seguir mencionados:

Tabela: Cursos e Treinamentos

Evento	Período	Nº Capacitados
PCGP: Licitações, Contratos e Convênios (ilha do aprender) – UNIPÊ	02 a 23/05	11
PCGP: Gestão Fiscal e LRF (ilha do aprender) – UNIPÊ	02 a 23/05	13
Palestra sobre Nota Fiscal Eletrônica	10/06	53
PCGP: Licitações, Contratos e Convênios (ilha do aprender) – Servidores do Estado	11 a 27/07	22
Curso de Elaboração de Projetos (Profº Giovanni Filho)	18 a 21/07	31
PCGP: sagres – (ilha do aprender) – UNIPÊ	14,15,18,19 e 20/07	13
PCGP: Gestão Previdenciária I – PBPREV	14 e 15/07	43
I Seminário sobre Contratação no Serviço Público	29/07	455
PCGP: Execução O. F. e Patrimonial – PBTUR	11 e 12/08	04
PCGP: Licitações e Contratos – PBPREV	18 e 19/08	48
Seminário sobre Saúde Pública no Brasil – Problemas e Soluções	26/08	347
Encontro Técnico sobre Processo Eletrônico e Sobre Contas do Estado – ATRICON e Instituto Ruy Barbosa	30/08	123
Renda Variável em Previdência Pública	12 e 73/09	22
Aplicação do Geoprocessamento na Auditoria de Obras Públicas	12 a 14/09	10
Encontro dos Prefeitos e Secretários de Educação dos Municípios	22/09	39
Palestra Sobre Processo Eletrônico	28/09	106
Autocad 2d – Aplicado aos Trabalhos de Auditoria	4 a 07/10	11
Reforma Outográfica – ESPEP	17 a 21/10	26
Treinamento dos Novos Auditores	31/10 a 16/12	19
Treinamento Sobre Normas Brasileiras de Contabilidade Pública na Paraíba	27/10 01/12	
Treinamento Sobre Normas Brasileiras de Contabilidade (CRC/PB) Campina Grande	03 e 04/11	67
Curso de Avaliação de Imóveis por Inferência Estatística – Módulo Básico 2011 (IBAPE/PB)	09 a 12/11	10
Curso de Inglês (turmas: básico e intermediário)		29
Curso sobre Georeferenciamento	2 e 3/12	25
Total de Capacitações		1.527

Fonte: Ecosil

Destaque-se que, além dos cursos relacionados, a Escola de Contas mantém ainda o curso de pós-graduação em gestão previdenciária e de graduação em administração pública, o primeiro em parceria com o UNIPÊ e o, segundo, mediante convênio com a UFPB.

6.6 Estrutura e Frota Renovada

Durante o exercício, a alta administração priorizou, também, a renovação da frota dos veículos de representação que contavam com seis anos de uso. Os seis carros da marca FORD FOCUS 2.0, representaram um investimento no valor de R\$370.600,00 (trezentos e setenta mil e seiscentos reais).

A frota passou a ser controlada através de sistema de rastreamento permitindo a racionalização da programação semanal das auditorias e a melhoria dos serviços de segurança, gerando mais proteção aos servidores envolvidos. Para a implantação dessa nova forma de gerenciamento, todos os veículos de serviço e de representação do Tribunal receberam a instalação de aparelho GPS passando a ser monitorados diariamente via satélite pela assessoria de segurança do TCE.

Em continuidade às ações iniciadas na gestão anterior, a Presidência concluiu obras e reformas na estrutura física do TCE, conforme descrição:

- Conclusão da reforma da Procuradoria no valor de R\$ 103.704,94, (cento e três mil, setecentos e quatro reais e noventa e quatro centavos).
-
- DIAPI (Diretoria de Apoio Interno) – foi investido um montante de R\$124.006, 78, referente a 80% da execução total da reforma.
-
- Pintura geral da Sede do TCE no valor de R\$92.100,00

6.7 Reorganização do Arquivo

Com a finalidade de promover uma reorganização no arquivo físico do Tribunal, a Presidência lançou o Projeto “Freio de Arrumação”. A ideia de uma força-tarefa teve o objetivo de fazer inventário dos estoques de processos existentes nos diversos setores e compará-los com os dados existentes no Sistema Tramita, conforme figura 2. Outro fator fundamental foi o de promover um enxugamento no arquivo central do

TCE que, ao longo dos anos, recebeu um acúmulo de processo decorrentes da finalização processual.

O projeto foi coordenado pela Assessoria Técnica do TCE que, a princípio, buscou integrar todos os servidores. O Presidente, Cons. Fernando Catão, fez questão de reunir servidores de 48 setores para falar da importância da missão de cada um para o sucesso do trabalho.

As atividades foram realizadas nos dias 03 e 04 de agosto de 2011 e buscou a adequação das informações constantes do TRAMITA com a realidade dos estoques físicos de cada setor do Tribunal. Permitindo, desta forma, um controle processual mais efetivo.

Figura: 2

INVENTÁRIO DOS PROCESOS



Figura: 3

SALA DE RECEPÇÃO

ANTES	DEPOIS
-------	--------



O estoque do arquivo Central foi totalmente removido nos dias 03 e 06 de agosto para outro setor, de forma a permitir a contagem, a restauração, a recuperação e a catalogação dos processos. Essa atividade envolveu uma movimentação de aproximadamente 25.000 processos.

De forma paralela, iniciou-se a reforma das instalações do Arquivo Central e os trabalhos de triagem e recadastramento de todos os processos físicos mantidos no acervo. Resultante dessa atividade, constatou-se que a idade média destes processos no setor é de 1.803 dias (4,9 anos), e no

Tribunal, de 3.282 (8,9 anos). Estimou-se ainda que, aproximadamente 80 % do montante poderiam ser expurgados, após aprovação pelo Tribunal Pleno.

Figura:4

PROCESSOS A SEREM DEVOLVIDOS A ORIGEM



Os resultados obtidos superaram as expectativas em comparação com levantamento similar realizado em 2007, demonstrando um aprimoramento constante do sistema, como também, um melhor grau de preparação dos usuários, além de promover e ofertar uma nova estrutura ao arquivo central. Os ganhos mais importantes foram nos procedimentos de controle e no bem-estar dos servidores do órgão.

6.8 Convênios e Parcerias

O aprimoramento do desempenho corporativo tem motivado a Alta Administração em buscar celebração de acordos e parcerias com órgãos e diversas entidades. Nesse aspecto, a cooperação técnica tem auxiliado não só o Tribunal de Contas da Paraíba, mas diversos órgãos com os quais a Corte tem firmado parcerias para o intercâmbio de conhecimentos.

Em 2011, o Tribunal de Contas da Paraíba firmou convênios e acordos de cooperação técnicas conforme descrição a seguir.

- Convênio com a Universidade Federal da Paraíba - Prevê a parceria com a UFPB através do MPGOA, do Centro de Educação – CE e do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA, objetivando a qualificação dos gestores do TCE-PB para o Curso de Pós-Graduação STRICTO SENSU, em nível de Mestrado Profissional.

- Convênio de Cooperação Técnica Administrativa e Educacional, firmado com a finalidade de estabelecer a cooperação técnico-administrativa e educacional mediante a conjugação de esforços para a execução de série de 30 (trinta) programas televisivos que terão o objetivo de divulgar as ações do TCE e informar à população acerca de seus direitos e deveres, dirimir dúvidas sobre contas públicas e formar cidadãos mais conscientes e participativos. Os programas serão desenvolvidos com base nas informações armazenadas na Corte e conduzidas pela TV UFPB.
- Convênio com a Fundação José Américo, com a interveniência da Universidade Federal da Paraíba. O termo consiste na elaboração em conjunto de um modelo de referência para apreciação e acompanhamento das despesas públicas denominado de *“Indicadores de performance dos gastos públicos nas redes estadual e municipal”*. Por meio desse termo, o TCE espera elaborar um modelo de referência para apreciação e acompanhamento das despesas públicas, construindo indicadores de performance dos gastos públicos na área de educação básica nas redes estadual e municipal de ensino da Paraíba, que possibilite mensurar o retorno à sociedade dos recursos públicos alocados.
- Acordo de Cooperação Técnica - firmado com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba -ESPEP- e as escolas de governo que integram os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado da Paraíba. O acordo visa a estabelecer um regime mútuo de cooperação técnica, científica e administrativa entre as partes, com vistas a implementação de um projeto pedagógico que objetiva otimizar os recursos de estruturas física, docente, financeira e conhecimento nas especificidades de cada escola. Através dessa cooperação, as partes se propõem e se comprometem a alcançar uma visão de integração, com vistas a atingir com eficiência e eficácia a qualificação e capacitação de todos os servidores públicos, que constituem clientela-alvo das citadas escolas.

6.8.1 Visitas Técnicas ao TCE-PB

O intercâmbio de experiências e conhecimentos técnicos ocorre muitas vezes através das visitas de servidores de diversos Tribunais de Contas, conforme se segue.

Abril/2011 - Visita de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Acre, com a missão de receber a tecnologia do TRAMITA e seu devido treinamento para a execução do sistema.

Junho/2011 – Visita de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão para assinatura do acordo de cooperação técnica com vistas à utilização da ferramenta do Sistema SAGRE.

Agosto/2011 – Visita Técnica de servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, visando ao intercâmbio de informações.

Outubro/2011 – Visita Técnica de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins para conhecimento das funcionalidades do Sistema de Controle de Processo Eletrônico.

6.9 Serviços na Área de Saúde

6.9.1 Setor Médico

Composto por cinco profissionais, sendo um gastroenterologista e um cardiologista/clínico-geral, e três enfermeiras, o serviço médico do Tribunal de Contas da Paraíba acolhe a todos os servidores efetivos, comissionados, terceirizados, estagiários e militares, atendendo diariamente às demandas médicas e de enfermagem. Durante o exercício foram realizados atendimentos médicos e de enfermagem e promovidas campanhas de saúde, descritos a seguir:

Tabela: 19 Atendimentos médicos e de enfermagem:

Atendimentos médicos e de enfermagem	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Consultas médicas	279	352	385	242
Verificação de pressão arterial	235	285	300	231
Verificação de temperatura	06	07	07	05
Curativos	44	26	50	40
Injeção	06	09	11	08
Nebulização	05	09	08	07
Retirada de pontos	00	00	01	00
Retirada de corpo estranho	01	02	01	01
Instilação Ocular	05	02	02	02
Instilação Nasal	01	00	00	00

Glicemia Capilar	20	11	10	25
Aplicação com frio	02	00	02	00
Total/Trimestre	604	703	777	561
Total de Procedimentos	2645			

Fonte: Serviço Médico

Tabela: 20 Campanhas de Saúde:

Campanhas de Saúde	Data	Participações
Novas abordagens na dependência tabágica (Palestra)	14/03	25
Realização de exames periódicos	06, 13 e 20/05	72
Campanha de Vacinação contra influenza, H1N1 e H3N2	23,24,27/05 e 13/06	320
Campanha de prevenção ao diabetes	30/09	99
Campanha de prevenção à hipertensão arterial sistêmica	07/10	117
Total		633

Fonte: Serviço Médico

6.9.2 Gabinete Odontológico

A qualidade de vida de seus servidores tem sido prioridade da alta administração. Nesse aspecto, atua o gabinete odontológico instalado na sede da Corte, que atende, rotineiramente, servidores e seus dependentes, estagiários, terceirizados e militares que fazem a segurança. No exercício, foram atendidos 1.848 pacientes e executados 3.358 procedimentos.

Atendimentos a pacientes e procedimentos executados pelo Gabinete Odontológico

Tabela: 21

Período/Trimestre	Atendimento	
	Pacientes	Procedimentos Executados
1º	434	582

2º	458	759
3º	651	1.220
4º	305	797
Total	1.848	3.358

Fonte: Gabinete Odontológico

7. Valorização e Capacitação do Servidor

7.1 Curso de Gerenciamento de Projetos

O TCE tem investido constantemente na capacitação dos seus servidores, visando a aumentar a capacidade de gestão e promover o desenvolvimento da instituição, de forma a torná-la mais ágil e eficiente e garantindo a qualidade das suas funções previstas constitucionalmente.

Para capacitar os servidores na área de projetos, a Corte promoveu, no período de 18 a 21/07, o Curso de Gerenciamento de Projetos, Ministrado pelo Prof. Doutor Giovani Souza Filho. O curso capacitou 31 servidores na área de conhecimento sobre a gestão estratégica com foco nos projetos de gestão da Corte.

Como resultado, foram apresentadas minutas de projetos elaborados pelos participantes de cinco grupos de estudos.

7.2 II Encontro Nacional dos Corais dos Tribunais de Contas

O Coral do TCE-PB, representado por 24 membros, dentre servidores e músicos, se fez presente no II Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, evento ocorrido em Goiânia-GO, no período de 01 a 03 de setembro.

Sob a regência do Maestro João Alberto Gurgel, a Paraíba fez uma bela apresentação, graças ao total apoio da Alta Administração que, para viabilizar a participação dos servidores, disponibilizou passagens aéreas, hospedagem e traslado.

7.3 III Encontro Esportivo dos Tribunais de Contas do Nordeste do Brasil

O evento ocorreu na cidade de Fortaleza-CE, em setembro, onde foram disputadas 21 modalidades esportivas.

A delegação do Tribunal de Contas da Paraíba participou do evento com um número reduzido de componentes, obtendo destaque, mesmo com a ausência de alguns atletas, colegas de valoroso potencial.

O resultado coroou o TCE-PB com o 2º lugar geral dentre as 8 delegações participantes. Ressalte-se que com uma diferença mínima de pontuação em relação à delegação campeã: do TCE-Maranhão.

Esse resultado é fruto do comprometimento, dedicação e responsabilidade daqueles que defenderam a Instituição nas disputas.

Merece destaque, também, as palestras proferidas no evento pelo Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho, membro do TCE-PB, que discorreu sobre o tema: “O Processo Eletrônico no Tribunal de Contas” e pelo Sargento F. Souza, que falou sobre “Medidas de Segurança Pessoal”, este integrante da Assessoria de Segurança do Tribunal de Contas da Paraíba.

7.4. II Olimpíadas dos Servidores dos TCs do MERCOSUL

O TCE levou 53 atletas e acompanhantes às II Olimpíadas dos Servidores dos Tribunais de Contas do MERCOSUL. O evento aconteceu em outubro em Foz do Iguaçu - Paraná e rendeu à equipe da Paraíba o quinto lugar geral e uma premiação de 12 medalhas, sendo quatro de ouro, três de prata e cinco de bronze. Participaram das disputas 18 Tribunais de Contas Brasileiros e 18 Argentinos.

ÓRGÃOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Diretoria Executiva Geral (Direg)
 Diretoria de Auditoria e Fiscalização (Diafi)
 Diretoria de Apoio Interno (Diapi)
 Gabinete da Presidência (Gapre)
 Assessoria de Comunicação (Ascom)

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Chefia de Gabinete da Presidência

Ana Cristina Moreira da Cunha Melo
 Emanuelle Christianne Araújo Dias Sousa
 Fernando Antonio da Silva Júnior
 Paulo Emmanuel Moraes Rodrigues

PROJETO GRÁFICO

Tânia Freire/Design Gráfico e Editorial



Tribunal de Contas do Estado

Rua Profº Geraldo von Söhsten, 147 – Jaguaribe
 CEP: 58.015-190 – João Pessoa (PB)
 Internet: <http://www.tce.pb.gov.br>


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIVISÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA – BANCO DO BRASIL – C/C : 9.414-5
PERÍODO: 01 A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

SALDO EM: 01.12	26.612,11
CRÉDITOS	144.649,60
TARIFAS À REGULARIZAR(08.12)	6,15
TARIFAS À REGULARIZAR(28.12)	5,55
TARIFAS À REGULARIZAR(30.12)	9,75
TOTAL DE CRÉDITOS	171.283,16

DÉBITOS	166.634,49
CHEQUE NÃO RESGATADO(194.086 de 20.12.04)	2.611,22
TARIFAS À REGULARIZAR(08.12)	6,15
TARIFAS À REGULARIZAR(28.12)	5,55
TARIFAS À REGULARIZAR(30.12)	9,75
CHEQUES NÃO RESGATADOS	2.016,00
TOTAL DE DÉBITOS	171.283,16

CHEQUES NÃO RESGATADOS

NÚMERO	DATA DA EMISSÃO	DATA DO RESGATE	VALOR
198.434	03.11.11	06.01.12	504,00
198.537	13.12.11	06.01.12	504,00
198.570	28.12.11	06.01.12	1.008,00
		TOTAL	2.016,00

Diferença entre Saldo Credor e Saldo Devedor RS -0-



Extrato conta corrente

A33K271622026979034
27/03/2012 16:45:11

Cliente - Conta atual

Agência 1618-7
Conta corrente 11259-3 TCE PB REC PAT
Período do extrato 12/2011

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
01/12/2011		Saldo Anterior			60.312,19 C
31/12/2011		S A L D O			60.312,19 C

OUROCAP - sorteio de sábado 17.03.2012
realizado dia 22.03 - DEZENAS: 23-30-31-34-35-46

Central de Atendimento BB
4004 0001 / 0800 729 0001
Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC
0800 729 0722
Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos
0800 729 0088

Transação efetuada com sucesso por: J6577552 KAROLY DE TATRAI HILUEY AGRA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Extrato conta corrente

A33K271622026979030
27/03/2012 16:43:20

Cliente - Conta atual

Agência 1618-7
Conta corrente 9434-X T CONTAS EST PB CAUCAO
Período do extrato 12/2011

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
01/12/2011		Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2011		S A L D O			0,00 C

OUROCAP - sorteio de sábado 17.03.2012
realizado dia 22.03 - DEZENAS: 23-30-31-34-35-46

Central de Atendimento BB
4004 0001 / 0800 729 0001
Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC
0800 729 0722
Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos
0800 729 0088

Transação efetuada com sucesso por: J6577552 KAROLY DE TATRAI HILUEY AGRA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Extrato conta corrente

A33K271622026979009
27/03/2012 16:29:11

Cliente - Conta atual

Agência 1618-7
Conta corrente 9416-1 TCE CONTAS CONT GESTAO
Período do extrato 12/2011

Lançamentos					
Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
30/11/2011		Saldo Anterior			335,23 C
01/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.010.028.715	3.342,45 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
01/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.723	3.342,45 D	335,23 C
02/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.020.008.537	14.910,92 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
02/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.724	14.910,92 D	335,23 C
05/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.050.009.161	19.420,29 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
05/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.725	19.420,29 D	335,23 C
06/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.060.014.027	567.006,68 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
06/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.726	567.006,68 D	335,23 C
07/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.070.012.818	152.662,19 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
07/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.727	152.662,19 D	335,23 C
09/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.090.016.561	12.195,11 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
09/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.728	12.195,11 D	
09/12/2011		Transferência Autorizada	174.796	335,23 D	0,00 C
12/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.120.016.340	1.220,00 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
12/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.729	1.220,00 D	0,00 C
13/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.130.012.486	64.816,90 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
13/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.730	64.816,90 D	0,00 C
14/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.140.018.924	71.677,38 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
14/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.731	71.677,38 D	0,00 C
15/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.150.019.288	31.985,54 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
15/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.732	31.985,54 D	0,00 C
16/12/2011		ORDEM BANC CANCELADA	42.700.000	5.042,93 C	
16/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.160.048.675	12.969,10 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
16/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.733	12.969,10 D	5.042,93 C
20/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.200.030.237	392.346,48 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
20/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.734	392.346,48 D	5.042,93 C
21/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.210.023.554	7.621.981,04 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
21/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.735	7.621.981,04 D	5.042,93 C
22/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.220.022.213	629.860,79 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
22/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.736	629.860,79 D	5.042,93 C
23/12/2011		ORDEM BANC CANCELADA	44.930.000	27.610,79 C	
23/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.230.007.968	10.150,00 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
23/12/2011		+ TED	66	5.042,93 D	
		341 7981 00032115091434 EDMILSON FERNA			
23/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.737	10.150,00 D	27.610,79 C
28/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.280.019.914	20.013,70 C	
		SEFIN OBN CTA GESTAO			
28/12/2011		Emissão Ordem Bancária	11.740	20.013,70 D	27.610,79 C
31/12/2011		S A L D O			27.610,79 C

OUROCAP - sorteio de sábado 17.03.2012
realizado dia 22.03 - DEZENAS: 23-30-31-34-35-46

Central de Atendimento BB
4004 0001 / 0800 729 0001
Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC
0800 729 0722
Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos
0800 729 0088

Transação efetuada com sucesso por: J6577552 KAROLY DE TATRAI HILUEY AGRA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Extrato conta corrente

A33K271622026979024
27/03/2012 16:37:26

Cliente - Conta atual

Agência 1618-7
Conta corrente 9415-3 TCE CONTAS CONT TESOUREO
Período do extrato 12/2011

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
01/12/2011		Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2011		SALDO			0,00 C

OUROCAP - sorteio de sábado 17.03.2012
realizado dia 22.03 - DEZENAS: 23-30-31-34-35-46

Central de Atendimento BB
4004 0001 / 0800 729 0001
Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC
0800 729 0722
Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos
0800 729 0088

Transação efetuada com sucesso por: J6577552 KAROLY DE TATRAI HILUEY AGRA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Extrato conta corrente

A33K271622026979019
27/03/2012 16:34:31

Cliente - Conta atual

Agência 1618-7
Conta corrente 9414-5 TCE P TRANSFERENCIAS
Período do extrato 12/2011

Lançamentos					
Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
30/11/2011		Saldo Anterior			26.612,11 C
01/12/2011		+ Ordem Bancária	201.111.300.018.817	70,40 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
01/12/2011		+ Ordem Bancária	201.111.300.018.820	52,80 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
01/12/2011		+ Ordem Bancária	201.111.300.018.823	123,20 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
01/12/2011		Cheque Compensado	198.495	4.096,91 D	
01/12/2011		Cheque Compensado	198.498	4.000,00 D	
01/12/2011		Cheque Compensado	198.499	4.000,00 D	
01/12/2011		Cheque Compensado	198.500	2.206,49 D	
01/12/2011		Cheque Compensado	198.502	5.142,50 D	7.412,61 C
02/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.010.027.958	1.008,00 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
02/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.010.027.960	132,00 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
02/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.010.027.961	1.008,00 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
02/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.010.027.963	132,00 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
02/12/2011		Cheque Compensado	198.504	680,00 D	
02/12/2011		Cheque Compensado	198.510	1.008,00 D	
02/12/2011		Cheque Compensado	198.512	1.008,00 D	6.996,61 C
06/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.050.011.308	2.025,10 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
06/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.050.011.311	2.280,08 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
06/12/2011		Cheque Pago Outra Agência	198.514	2.025,10 D	9.276,69 C
07/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.060.013.157	228,80 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
07/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.060.013.159	718,20 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
07/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.060.013.161	94,05 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
07/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.060.013.162	5.596,00 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
07/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.060.013.172	216,00 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
07/12/2011		Cheque Compensado	198.463	406,09 D	
07/12/2011		Cheque Compensado	198.519	5.596,00 D	10.127,65 C
08/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.070.015.459	843,60 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
08/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.070.015.464	12.000,00 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
08/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.070.015.465	3.000,00 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
08/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.070.015.466	3.000,00 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
08/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.070.015.470	79,20 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
08/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.070.015.473	88,00 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
08/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.070.015.476	69,30 C	
		TCE CONTAS CONT GESTAO			
08/12/2011		+ Ordem Bancária	201.112.070.015.489	199,00 C	

TCE CONTAS CONT GESTAO				
08/12/2011	+ Tarif Adic Cheque Compe	843.420.700.103.188	6,15 D	
	Tarifa referente a 07/12/2011			
08/12/2011	Cheque Compensado	198.435	66,00 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.440	209,00 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.444	110,00 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.445	88,00 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.446	93,50 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.447	93,50 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.448	93,50 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.450	72,60 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.452	72,60 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.464	8,80 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.465	17,60 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.469	52,80 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.470	59,40 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.471	15,40 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.476	132,00 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.480	135,30 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.482	17,60 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.483	59,40 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.484	59,40 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.485	39,60 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.496	169,40 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.505	264,00 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.506	220,00 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.507	70,40 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.508	52,80 D	
08/12/2011	Cheque Compensado	198.509	123,20 D	27.004,80 C
09/12/2011	Cheque Compensado	198.517	718,20 D	
09/12/2011	Cheque Compensado	198.528	843,60 D	
09/12/2011	Cheque Compensado	198.535	199,00 D	25.244,00 C
12/12/2011	Cheque Pago Outra Agência	198.529	12.000,00 D	
12/12/2011	Cheque Pago Outra Agência	198.530	3.000,00 D	
12/12/2011	Cheque Pago Outra Agência	198.531	3.000,00 D	7.244,00 C
13/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.120.030.746	350,00 C	7.594,00 C
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
14/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.130.024.974	504,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
14/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.130.024.976	66,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
14/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.130.024.984	1.045,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
14/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.130.024.986	56.100,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
14/12/2011	Cheque Pago Outra Agência	198.540	56.100,00 D	
14/12/2011	Cheque Compensado	198.503	617,50 D	8.591,50 C
15/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.140.018.294	450,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
15/12/2011	Cheque Pago Outra Agência	198.536	350,00 D	
15/12/2011	Cheque Pago Outra Agência	198.539	1.045,00 D	7.646,50 C
16/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.150.018.555	5.049,53 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
16/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.150.018.557	406,09 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
16/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.150.018.562	406,09 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
16/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.150.018.567	52,80 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
16/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.150.018.570	132,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
16/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.150.018.571	1.709,53 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
16/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.150.018.573	406,09 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			

16/12/2011	Cheque Compensado	198.541	450,00 D	15.358,63 C
19/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.160.047.585	1.224,85 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
19/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.160.047.593	655,20 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
19/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.160.047.595	85,80 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
19/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.160.047.596	655,20 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
19/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.160.047.598	85,80 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
19/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.160.047.601	356,40 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
19/12/2011	Cheque Pago Outra Agência	198.547	1.709,53 D	
19/12/2011	Cheque Pago Outra Agência	198.552	655,20 D	
19/12/2011	Cheque Compensado	198.550	655,20 D	15.401,95 C
20/12/2011	Cheque Pago Outra Agência	198.555	2.618,00 D	
20/12/2011	Cheque Compensado	198.556	4.504,39 D	8.279,56 C
21/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.200.015.485	2.618,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
21/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.200.015.488	4.504,39 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
21/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.200.015.491	2.280,08 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
21/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.200.015.553	198,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
21/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.200.015.557	165,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
21/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.200.015.583	540,00 C	18.585,03 C
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
22/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.210.022.603	4.096,91 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
22/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.210.022.606	617,50 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
22/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.210.022.617	4.000,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
22/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.210.022.618	4.000,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
22/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.210.022.619	2.407,83 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
22/12/2011	Cheque Pago Outra Agência	198.568	1.174,20 D	
22/12/2011	Cheque Pago Outra Agência	198.569	1.854,00 D	
22/12/2011	Cheque Compensado	198.549	1.224,85 D	
22/12/2011	Cheque Compensado	198.562	617,50 D	28.836,72 C
23/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.220.025.169	2.280,08 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
23/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.220.025.181	610,50 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
23/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.220.025.198	1.174,20 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
23/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.220.025.200	1.854,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
23/12/2011	Cheque Compensado	198.560	540,00 D	
23/12/2011	Cheque Compensado	198.567	610,50 D	33.605,00 C
26/12/2011	Cheque Compensado	198.520	216,00 D	33.389,00 C
27/12/2011	Cheque Compensado	198.542	5.049,53 D	
27/12/2011	Cheque Compensado	198.561	4.096,91 D	
27/12/2011	Cheque Compensado	198.563	4.000,00 D	
27/12/2011	Cheque Compensado	198.564	4.000,00 D	
27/12/2011	Cheque Compensado	198.565	2.407,83 D	13.834,73 C
28/12/2011	+ Tarif Adic Cheque Compe	893.620.700.048.842	5,55 D	
	Tarifa referente a 27/12/2011			
28/12/2011	Cheque Compensado	198.515	2.280,08 D	
28/12/2011	Cheque Compensado	198.557	2.280,08 D	
28/12/2011	Cheque Compensado	198.566	2.280,08 D	

28/12/2011	Cheque Compensado	198.572	588,00 D	6.400,94 C
29/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.280.013.646	1.008,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
29/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.280.013.648	132,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
29/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.280.013.653	588,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
29/12/2011	+ Ordem Bancária	201.112.280.013.657	8.871,00 C	
	TCE CONTAS CONT GESTAO			
29/12/2011	Cheque Compensado	198.543	406,09 D	
29/12/2011	Cheque Compensado	198.544	406,09 D	
29/12/2011	Cheque Compensado	198.548	406,09 D	
29/12/2011	Cheque Compensado	198.554	356,40 D	
29/12/2011	Cheque Compensado	198.573	8.871,00 D	6.554,27 C
30/12/2011	+ Tarif Adic Cheque Compe	813.640.700.049.104	9,75 D	
	Tarifa referente a 29/12/2011			
30/12/2011	Cheque Compensado	198.497	198,00 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.511	132,00 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.513	132,00 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.516	228,80 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.518	94,05 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.532	79,20 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.533	88,00 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.534	69,30 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.538	66,00 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.545	52,80 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.546	132,00 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.551	85,80 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.553	85,80 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.558	198,00 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.559	165,00 D	
30/12/2011	Cheque Compensado	198.571	132,00 D	4.605,77 C
31/12/2011	S A L D O			4.605,77 C

OUROCAP - sorteio de sábado 17.03.2012
realizado dia 22.03 - DEZENAS: 23-30-31-34-35-46

Central de Atendimento BB
4004 0001 / 0800 729 0001
Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC
0800 729 0722
Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos
0800 729 0088

Transação efetuada com sucesso por: J6577552 KAROLY DE TATRAI HILUEY AGRA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Extrato conta corrente

A33K271622026979014
27/03/2012 16:31:46

Cliente - Conta atual

Agência 1618-7
Conta corrente 9412-9 TRIBUNAL CONTAS ADIAN DIV
Período do extrato 12/2011

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
27/10/2011		Saldo Anterior			0,00 C
12/12/2011		Depósito Online	16.171.028.300.273	18.000,00 C	
12/12/2011		Cheque Pago Outra Agência	851.088	5.000,00 D	13.000,00 C
22/12/2011		Cheque Pago Outra Agência	851.089	2.000,00 D	11.000,00 C
29/12/2011		Cheque Compensado	851.090	11.000,00 D	0,00 C
31/12/2011		S A L D O			0,00 C

OUROCAP - sorteio de sábado 17.03.2012
realizado dia 22.03 - DEZENAS: 23-30-31-34-35-46

Central de Atendimento BB
4004 0001 / 0800 729 0001
Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC
0800 729 0722
Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos
0800 729 0088

Transação efetuada com sucesso por: J6577552 KAROLY DE TATRAI HILUEY AGRA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

CONVÊNIOS 2011

CONVÊNIO	OBJETO EMPRESA	VALOR	(R\$)	VIGÊNCIA	DOE SITUAÇÃO
01/11	Concessão de Empréstimos	POUPEX Março/17	Em vigência		
02/11	Concessão de financiamento imobiliário	Fundação Habitacional do Exército		Março/17 Em vigência	
03/11	Desconto de mensalidade	FESP faculdades	15%01/03/12	Em vigência	
04/11	PAE Parcela Autônoma de Equivalência	PBPprev Em vigência			

Otacílio Neto

– Setor de Contratos – Dezembro de 2011.

LICITAÇÕES 2011

PROCESSO/ DOCUMENTO	CONTRATO	MODALIDADE	OBJETO	EMPRESA	VALOR (R\$)	VIGÊNCIA	Homol.	Pgtos. (R\$)	FONTE
01343/11 13/11 Carta Convite		01/11	Buffet Classe A	7.612,00	28/03/11 29/03/11	28/03/11 29/03/11	28/03/11 29/03/11	28/03/11 29/03/11	
04214/10 40/11 Pregão 15/10			Split Multivendas		1.820,00	25/10/11 03/11/11	1.820,00		
02819/11 ARP 01/11 Pregão 01/11		Aquisição de	Tonner	Mega MIX Ltda. e Wolrd Cartuchos	11.000,00	18/05/12 09/06/12	11.000,00	11.820,00	33.90.30.00
02816/11 20/11 Pregão 03/11			Gráfica para confeção Revista TCE	F&A Gráfica Ltda.	5.500,00	26/05/12 03/06/12	5.500,00	33.90.39.00	
06699/11 ARP 02/11 Pregão 05/11		Estabili	zadores	MEGA MIX	29.175,00	10/08/12 24/08/12	29.175,00	33.90.30.00	
07887/11 33/11 Pregão 06/11			Limpeza TC MEG		1.135.400,00	18/08/12 26/08/12	1.135.400,00	455,	38
08668/11 ARP 03/11 Pregão 07/11		TV	's LED FlyFast		36.400,00	30/08/12 22/08/12	36.400,00	44.90.52.00	
12972/11 ARP 04/11 Pregão 11/11		Persiana	s Real Ltda.		6.500,00	11/12/12 19/12/12	6.500,00	33.90.30.00	
13756/11 ARP 05/11 Pregão 13/11			Ambiente Businnes Intelligence	Toccato	645.000,00	15/12/12 15/12/12	645.000,00	599,1	33.90.30.00
13864/11 ARP 06/11 Pregão 05/11		Nobreaks GPL	70600,00	15/12/12 35.300,00	44.90.52.00				
08692/11 35/11 Pregão 08/11			GPS Zenite		1.700,00	20/09/12 03/10/12	1.700,00	33.90.39.00	
10605/11 37/11 Pregão 09/11			Software PBSoft		74.000,00	31/10/12 24/10/12	74.000,00	33.90.39.00	
11620/11 39/11 Pregão 10/11			Impressão de Relatórios TCE	Gráfica JB	18.600,00	20/10/12 04/11/12	18.600,00	33.90.39.00	
13756/11 53/11 ARP 05/11		Pregão 13/11	Ambiente Businnes Intelligence	Toccato	205.599,14	14/12/12 20/12/12	205.599,14	4	
13864/11 54/11 ARP 08/11		Pregão 12/11	Nobreaks GPL Ltda.		35.300,00	15/12/12 03/01/12	35.300,00	44.90.52.00	

14318/11 57/11 Pregão 14/11		Equipamentos de informática	GPL Ltda.	21.300,00	18/12/12	16/12/11	21.300,00	44.90.52.00
PROCESSO/DOCUMENTO	CONTRATO	MODALIDADE	OBJETO EMPRESA VALOR	(R\$)	VIGÊNCIA	Homol. Pgtos. (R\$)	FONTE	
14318/11 58/11 Pregão 14/11		Equipamentos de informática	XTA Ltda.	103.105,00	18/12/12	16/12/11	103.105,00	44.90.52.00
14318/11 59/11 Pregão 14/11		Equipamentos de informática	Etina Ltda.	48.700,00	18/12/12	16/12/11	48.700,00	44.90.52.00
14758/11 ARP 08/11 Pregão 15/11		Storage Supriserv		229.500,00	16/12/12	16/12/11	229.500,00	44.90.52.00
14744/11 Aditivo	60/11 01/12	Pintura do TCE MPL Ltda.		92.100,00	23/12/12	03/01/12	92.100,00	33.90.39.00
14876/11 ARP 10/11 Pregão 17/11	Equipamentos	Studio	XTA MI HI Fi DG10	416.500,00 388.570,00 3.982,00 3.590,00	12/01/12	12/01/12	416.500,00 388.570,00 3.982,00 3.590,00	
14838/11 52/11 ARP UESPI		Aquisição de móveis	ArtLine	465.691,00	19/12/12	16/01/12	465.691,00	44.90.52.00

Otacílio Neto

– Setor de Contratos – Dezembro de 2011.

PROCESSOS SETOR DE CONTRATOS 2011 PCA 2011

PROCESSO/ DOCUMENTO	CONTRATO	MODALIDADE	OBJETO	EMPRESA	VALOR	(R\$)	VIGÊNCIA	Homol.	Pgtos. (R\$)	FONTE
00750/11 01/11	Dispensa Serviços				Hilda ME 650,00	mês	31/01/12 17/02/12	17/02/117.800,00	33.90.39.00	
00889/11 02/11	Inexigibilidade Plano		fotográficos		Multivisão 56.000,00		17/02/1153.600,00	33.90.39.00		
00901/11 03/11	Dispensa Portões		Estratégico		Enger 594,69		31/01/12 28/02/115.741,59	33.90.39.00		
02927/11 04/11	Dispensa Transcrição de		Eletrônicos		NData Ltda 526,14	mês	03/11/12 24/03/11526,14	33.90.39.00		
01278/11 05/11	Inexigibilidade Consultoria		palestra	Ernani 22.400,00	11/03/1122.400,00	33.90.36.00				
02924/11 06/11	Inexigibilidade Palestra			Je ssier Quirino 5.500,00	28/03/115.500,00	33.90.39.00				
03703/11 07/11	Inexigibilidade Assinatura			Editora NDJ 20.370,00	1/03/12 24/03/1120.370,00	33.90.39.00				
03988/11 08/11	Dispensa Som Humber				to Luiz 7.400,00	17/07/11 24/03/117.400,00	33.90.36.00			
04040/11 09/11	Inexigibilidade Assinatura			Governnet 6.280,00	29/02/12 24/03/116.280,00	33.90.39.00				
04351/11 10/11	Inexigibilidade Evento Valtinho do				Acordeon 2.000,00	28/03/11 24/03/112.000,00	33.90.36.00			
05538/11 11/11	Inexigibilidade Siabi WJ Info 250,00					mês	28/02/12 09/06/111.250,00	33.90.39.00		
03789/11 12/11	Inexigibilidade Design Revi			sta Anderson 4.000,00	20/05/11 30/03/114.000,00	33.90.36.00				
08102/10 S/N	Dispensa		Correspondência		Correios 8.000,00	média	29/03/12 15/04/1175.231,32			
04652/11 14/11	Dispensa		Gravação DVD		Pedro Medeiros 5.000,00	Evento	01/04/115.000,00	33.90.36.00		
02465/11 15/11	Inexigibilidade		Serviços TI Geo		Luciana 3.500,00	30/09/11 07/04/1117.500,00				
02466/11 16/11	Inexigibilidade		Software		Projeto Software 2.000,00	mensal	30/04/12 14/04/1113.120,00	33.90.39.00		
03786/11 17/11	Inexigibilidade		Quadro Cons.Nominando		Dione Lima 1.850,00	28/07/11 12/05/111.850,00	33.90.36.00			
07274/11 19/11	Dispensa		Assinatura revista		Consulex 474,00	30/09/12 03/11/11474,00	33.90.39.00			

PROCESSO/ DOCUMENTO	CONTRATO	MODALIDADE	OBJETO EMPRESA	VALOR	(R\$)	VIGÊNCIA	Homol. Pgtos. (R\$)	FONTE
08825/11 21/11 Dispensa			Curso Gerenciamento de Projetos	G&D Ltda.	8.000,00	02/06/12	8.000,00	33.90.39.00
11488/11 22/11 Dispensa			Assinatura revista	Editora PINI	1.494,00			
12326/11 23/11 Dispensa			Assinatura revista	Grupo IOB	1.250,00	03/07/12	1.250,00	33.90.39.00
12327/11 24/11 Dispensa			Palestra	PCMB Ltda.	5.000,00	Evento 17/08	115.000,00	33.90.39.00
09011/11 25/11 ARP 03/10		Ministério da Fazenda	Aquisição de veículos	FORD	371.600,00	20/07/13	19/08/11	371.600,00
S/ Documento 26/11 Dispensa			Palestra	Qualificare	5.000,00	Evento	5.000,00	
S/ Documento 27/11 Dispensa			Locação espaço	Estação Ciência	1.000,00	Evento	1.000,00	33.90.30.00
12445/11 28/11 Dispensa			Curso Contabilidade	EPBG	17.000,00	28/07/12		
12444/11 29/11 Dispensa			Cursos	ESPEP	7.750,00	28/07/12	24/08/11	7.750,00
14540/11 30/11 Dispensa			Locação	Hotel Tambau	3.036,00	14/02/12	05/10/11	3.294,50
14539/11 31/11 Inexibibilidade			Design Revista TCE II	Anderson Rodrigues	4.000,00	10/10/11	22/08/11	Rescisão 33.90.36.00
13040/11 32/11 Dispensa			Assinatura Revista	Editora PINI	905,00	31/07/12	09/09/11	905,00
15080/11 34/11 Dispensa			Consultoria RH	Celeida Gadelha	7.800,00	18/08/12	24/08/11	7.800,00
15245/11 36/11 Dispensa			Transmissão sessão ao vivo	Ativa WEB	600,00	21/09/12	14/10/10	1.800,00
18869/11 38/11 Dispensa			Coralista	Nadiedja Costa	1.200,00	10/01/12	25/10/11	1.200,00
20288/11 41/11 Dispensa			Curso IBAPE		4.000,00	03/11/12	17/11/11	4.000,00
S/ Documento 42/11 Dispensa			Jornalista Livro TCE 40 anos	José Euflávio	8.000,00	8.000,00		
21710/11 43/11 Dispensa			Oficinas natalinas	Adriano Bezerra	7.000,00	15/12/11	14/12/11	7.000,00
21645/11 44/11 Dispensa			Conjunto Samba	Mirandinha	1.200,00	16/12/11	13/12/11	1.200,00
21645/11 45/11 Dispensa			Banda Festa TCE	Helba Pinheiro (Faixa Nobre)	2.800,00	16/12/11	07/12/11	2.800,00

PROCESSO/ DOCUMENTO TC	CONTRATO	MODALIDADE	OBJETO	EMPRESA	VALOR	(R\$)	VIGÊNCIA	Homol. Pgtos. (R\$)	FONTE
21649/11 46/11 Dispensa				Dedetização TCE	coserv Ltda.	7.300,00	30/11/12 05/12/12	2/117.300,00	33.90.39.00
21647/11 47/11 Dispensa				Locação de Tendas	Edmilson Pereira	6.990,00	16/12/11 13/12/11	2/116.990,00	
21647/11 48/11 Dispensa				Tablado e Piso	Josefa Sonia ME	6.250,00	16/12/11 07/12/11	2/116.250,00	
21647/11 49/11 Dispensa				Climatizadores	Duoclima	4.760,00	16/12/11 13/12/11	2/114.760,00	33.90.39.00
14290/11 50/11 Convite				Buffet Natal	Sonho Doce	43.000,00	16/12/11 14/12/11	2/1143.000,00	33.90.39.00
S/ Documento 51/11 Dispensa				TV A CABO	NET	35,12	35,12		

Otacílio Neto

– Setor de Contratos – Dezembro de 2011.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

DIRETORIA DE APOIO INTERNO
DEPARTAMENTO DE MEIOS FÍSICOS E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E SUPRIMENTOS
SERVIÇO DE ALMOXARIFADO

MOVIMENTAÇÃO DO ALMOXARIFADO
EXERCÍCIO 2011

R\$ 1,00

Poderes / Orgãos	Saldo Inicial		Entradas		Saídas		Saldo em 31/12/2011	
	Material de Consumo	Material Permanente	Material de Consumo	Material Permanente	Material de Consumo	Material Permanente	Material de Consumo	Material Permanente
TCE - PB	R\$ 107.930,43	R\$ 1.955,50	R\$ 483.206,09	R\$ 1.352.163,54	R\$ 510.475,50	R\$ 1.354.119,04	R\$ 80.661,02	R\$ 0,00

Observações:

- 1) Para a definição de material de consumo e de material permanente foi utilizado o disposto na Portaria STN 448/02.
- 2) Para a aquisição de Materiais Permanentes foram utilizados recursos do Tribunal de Contas do Estado e do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal.
- 3) Fonte de dados: SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) e Software Controle de Estoque (PublicSoft)

Francisco Silva Almeida
Francisco Silva Almeida
Responsável pelo Almoxarifado
matrícula: 370.116-6

Eduardo C. Oliveira
Eduardo Cavalcanti de Oliveira
Chefe do Depto. Meios Físicos e Operações
matrícula: 370.454-8

Dinancy Montenegro
Dinancy Montenegro do Nascimento
Diretora de Apoio Interno
matrícula: 370.288-0

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CONTADORIA GERAL DO ESTADO
RECEBIDO EM: 10/01/2012
Telma
ASSINATURA

[Handwritten mark]



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DOS
RECURSOS DA SOCIEDADE - SAGRES

Unidade Gestora:
20001 - TRIBUNAL DE CONTAS
Relatório:
EMPENHOS

Critérios da consulta:
Exercício: 2011 | Período: 01/01/2011 a 31/12/2011

U Gestora	Despesa	Nome do Credor	Nº Empenho	Data	Valor	▼	Pago	Saldo	CPF/CNPJ
-	Fonte de Recursos : 00-RECURSOS PROPRIOS DO ESTADO								
-	Subelemento : 01-VEICULOS								
20001	4.4.90.52	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	01820	20/7/2011	R\$ 371.600,00		R\$ 371.600,00	R\$ 0,00	03470727001607
20001	4.4.90.52	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	01818	20/7/2011	0,00		0,00	0,00	03470727001607
-	Subelemento : 04-MAQUINAS MOTORES E APARELHOS DIVERSOS								
20001	4.4.90.52	MULTI VENDAS ELETROMOVEIS LTDA	01059	2/5/2011	R\$ 76.530,00		R\$ 76.530,00	R\$ 0,00	10194075000104
-	Subelemento : 07-APARELHOS E UTENSILIOS TIPO DOMESTICO								
20001	4.4.90.52	MULTI VENDAS ELETROMOVEIS LTDA	02945	1/11/2011	1.820,00		1.820,00	0,00	10194075000104
20001	4.4.90.52	ATACADAO DOS ELETRODOMESTICOS DO NORD LT	00165	8/2/2011	1.199,00		1.199,00	0,00	70120662004763
20001	4.4.90.52	JURANDIR PIRES GALDINO E CIA LTDA	00164	8/2/2011	489,99		489,99	0,00	10778132001506
20001	4.4.90.52	ANGELO BARROS ESTEVES	00765	1/4/2011	189,00		189,00	0,00	02147582000169
20001	4.4.90.52	O BORRACHAO BR LTDA	03412	14/12/2011	0,00		0,00	0,00	08958674000105
20001	4.4.90.52	TOTAL NORTE COMERCIO DE REFRIGERACAO LTD	03332	2/12/2011	0,00		0,00	0,00	03372418000207
-	Subelemento : 09-EQUIP E UTENSILIOS PARA ESCRITORIO								
20001	4.4.90.52	MARIA SANDRIMARIA DE LIMA CAVALCANTE	02635	3/10/2011	R\$ 7.500,00		R\$ 7.500,00	R\$ 0,00	11191106000136
-	Subelemento : 11-LIVROS E PUBLICIDADE TECNICAS								
20001	4.4.90.52	LIVRARIA CULTURA EDITORA LTDA	03097	18/11/2011	R\$ 2.998,50		R\$ 2.998,50	R\$ 0,00	62410352000687
20001	4.4.90.52	MARIA JOSE TEIXEIRA LOPES GOMES	01161	13/5/2011	400,00		400,00	0,00	00026713780415
20001	4.4.90.52	EDITORIA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA	01942	27/7/2011	139,20		139,20	0,00	60501293000112
20001	4.4.90.52	LIVRARIA CULTURA SA	01943	27/7/2011	120,00		120,00	0,00	62410352000172
-	Subelemento : 13-EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO								
20001	4.4.90.52	ORGANIZACOES LIRA PROD ELETRONICOS LTDA	00705	25/3/2011	R\$ 8.099,90		R\$ 8.099,90	R\$ 0,00	24504409000103
20001	4.4.90.52	GPL INFORMATICA PAP E TEL LTDA	02985	3/11/2011	1.099,00		1.099,00	0,00	10214137000100
20001	4.4.90.52	JG INFORMATICA E PAPELARIA LTDA	02986	3/11/2011	661,00		661,00	0,00	07148726000115
20001	4.4.90.52	INFORMAQ COM E REC DE SERV DE INF LTDA	00174	8/2/2011	550,00		550,00	0,00	05080834000178
Registros: 80					R\$ 1.352.163,54		R\$ 543.844,33	R\$ 808.319,21	

<O filtro está vazio>

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DOS
RECURSOS DA SOCIEDADE - SAGRES



U Gestora	Despesa	Nome do Credor	Nº Empenho	Data	Valor	▼	Pago	Saldo	CPF/CNPJ
20001	4.4.90.52	CEM POR CENTO COM DISTRIB ELETR ELETRONI	00223	11/2/2011	525,90		525,90	0,00	03878091000150
20001	4.4.90.52	MEGA MÍDIA COM DE M E INFORMATICA LTDA	01055	29/4/2011	499,00		499,00	0,00	07012546000101
20001	4.4.90.52	ORGANIZACOES LIRA PROD ELETRONICOS LTDA	01419	2/6/2011	399,00		399,00	0,00	24504409000103
20001	4.4.90.52	MASTER ELETRONICA DE BRINQUEDOS LTDA	02130	18/8/2011	396,00		396,00	0,00	40841728000837
20001	4.4.90.52	F S VASCONCELOS LTDA	00110	27/1/2011	379,00		379,00	0,00	09268517009197
20001	4.4.90.52	FS VASCONCELOS	02322	1/9/2011	379,00		379,00	0,00	09268517005019
20001	4.4.90.52	FS VASCONCELOS	02621	28/9/2011	379,00		379,00	0,00	09268517005019
20001	4.4.90.52	MASTER ELETRONICA DE BRINQUEDOS LTDA	02002	3/8/2011	299,00		299,00	0,00	40841728003500
20001	4.4.90.52	N CLAUDINO & CIA LTDA	00822	8/4/2011	297,00		297,00	0,00	08995631001414
20001	4.4.90.52	INFORMAQ COM E REC DE SERV DE INF LTDA	01530	15/6/2011	249,00		249,00	0,00	05080834000178
20001	4.4.90.52	MJL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	02373	6/9/2011	192,00		192,00	0,00	09017110000130
20001	4.4.90.52	JL TORRE COMERCIO E SERVICO LTDA	01519	14/6/2011	188,00		188,00	0,00	11315021000112
20001	4.4.90.52	MASTER ELETRONICA DE BRINQUEDOS LTDA	03102	21/11/2011	158,00		158,00	0,00	40841728000837
20001	4.4.90.52	MASTER ELETRONICA DE BRINQUEDOS LTDA	02892	25/10/2011	0,00		0,00	0,00	40841728003500
20001	4.4.90.52	MASTER ELETRONICA DE BRINQUEDOS LTDA	02109	17/8/2011	0,00		0,00	0,00	40841728003500
- Subelemento : 14-EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA E LAVANDERIA					R\$ 5.243,00		R\$ 5.243,00	R\$ 0,00	
20001	4.4.90.52	NEW CELL LTDA	00116	28/1/2011	2.699,00		2.699,00	0,00	043658555000681
20001	4.4.90.52	TOTALPARTS AR CONDICIONADO E REF LTDA	03368	6/12/2011	2.544,00		2.544,00	0,00	02465299000428
- Subelemento : 17-EQUIP PARA AUDIO VIDEO E FOTO					R\$ 23.882,33		R\$ 23.882,33	R\$ 0,00	
20001	4.4.90.52	FLYFAST	02298	25/8/2011	18.200,00		18.200,00	0,00	04253189000185
20001	4.4.90.52	HI FI AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA	01342	24/5/2011	4.544,33		4.544,33	0,00	05459238000101
20001	4.4.90.52	EUPA COMERCIO E SERVICOS LTDA	03251	24/11/2011	789,00		789,00	0,00	130062655000149
20001	4.4.90.52	MEGA MÍDIA COM DE M E INFORMATICA LTDA	00481	14/3/2011	349,00		349,00	0,00	07012546000101
20001	4.4.90.52	F S VASCONCELOS LTDA	00099	26/1/2011	0,00		0,00	0,00	09268517009197
- Subelemento : 20-MOBILIARIO EM GERAL					R\$ 3.493,88		R\$ 3.493,88	R\$ 0,00	
20001	4.4.90.52	ARTLINE IND E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	01199	19/5/2011	3.048,88		3.048,88	0,00	03810869000190
20001	4.4.90.52	J CARLOS MOVEIS LTDA	03032	8/11/2011	445,00		445,00	0,00	09238106000100
20001	4.4.90.52	ARTLINE IND E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	01196	19/5/2011	0,00		0,00	0,00	03810869000190
Registros: 80					R\$ 1.352.163,54		R\$ 543.844,33	R\$ 808.319,21	
<O filtro está vazio>									

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DOS
RECURSOS DA SOCIEDADE - SAGRES



U Gestora	Despesa	Nome do Credor	Nº Empenho	Data	Valor	Pago	Saldo	CPF/CNPJ
Subelemento : 80-EQUIPAMENTOS PARA TECNOLOGIA DA INFORMACAO								
20001	4.4.90.52	ARTLINE IND E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	03545	20/12/2011	R\$ 654.899,21	R\$ 19.685,00	R\$ 635.214,21	
20001	4.4.90.52	NEWSUPRI SUPRISERVI COM REP E SER LTDA	03550	21/12/2011	465.691,00	0,00	465.691,00	038108690000190
20001	4.4.90.52	GPL INFORMATICA PAP E TEL LTDA	03540	19/12/2011	134.223,21	0,00	134.223,21	127071050000326
20001	4.4.90.52	VS DATTA IMAGEM LTDA	02666	10/10/2011	35.300,00	0,00	35.300,00	102141370000100
20001	4.4.90.52	JL TORRE COMERCIO E SERVICO LTDA	02631	30/9/2011	6.580,00	6.580,00	0,00	020549560000100
20001	4.4.90.52	MJL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	01996	3/8/2011	3.855,00	3.855,00	0,00	113150210000112
20001	4.4.90.52	BRILT COMERCIO E SERVICOS LTDA	02620	28/9/2011	3.447,00	3.447,00	0,00	090171100000130
20001	4.4.90.52	INFOR TECH LTDA	01210	19/5/2011	2.540,00	2.540,00	0,00	111187690000125
20001	4.4.90.52	QUALITECH MANAIRA-QUAL.COM.SERV INF.LTDA	00444	4/3/2011	2.199,00	2.199,00	0,00	027764800000102
20001	4.4.90.52	INFORMAQ COM E REC DE SERV DE INF LTDA	01174	16/5/2011	799,00	799,00	0,00	026740880000233
20001	4.4.90.52	PC WORLD INFORMATICA LTDA	00679	23/3/2011	265,00	265,00	0,00	050808340000178
20001	4.4.90.52	INFOR TECH LTDA	00771	4/4/2011	0,00	0,00	0,00	012095850000117
Subelemento : 81-EQUIPAMENTOS PARA TEC DA INFORMACAO COM SOFTWARE					R\$ 1.080,00	R\$ 1.080,00	R\$ 0,00	027764800000102
20001	4.4.90.52	TACARUNA PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA	01031	27/4/2011	1.080,00	1.080,00	0,00	040747820000326
Subelemento : 89-OUTROS EQUIPAMENTOS PARA TEC DA INFORMACAO								
20001	4.4.90.52	GPL INFORMATICA PAP E TEL LTDA	02366	6/9/2011	R\$ 1.030,00	R\$ 1.030,00	R\$ 0,00	
20001	4.4.90.52	EUPA COMERCIO E SERVICOS LTDA	02018	8/8/2011	692,00	692,00	0,00	102141370000100
Subelemento : 99-OUTROS MATERIAIS PERMANENTES					R\$ 192.108,73	R\$ 19.003,73	R\$ 173.105,00	
20001	4.4.90.52	XTA COMPUTADORES LTDA	03557	21/12/2011	338,00	338,00	0,00	130062650000149
20001	4.4.90.52	ETINA COMERCIAL DE INFORMATICA LTDA	03559	21/12/2011	103.105,00	0,00	103.105,00	646739400000124
20001	4.4.90.52	GPL INFORMATICA PAP E TEL LTDA	03558	21/12/2011	48.700,00	0,00	48.700,00	054522860000160
20001	4.4.90.52	TOTALNORTE COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA	00383	24/2/2011	21.300,00	0,00	21.300,00	102141370000100
20001	4.4.90.52	ARTLINE IND E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	01328	23/5/2011	5.990,00	5.990,00	0,00	033724180000118
20001	4.4.90.52	MJL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	02266	24/8/2011	3.048,88	3.048,88	0,00	038108690000190
20001	4.4.90.52	ORGANIZACOES LIRA PROD ELETRONICOS LTDA	02304	30/8/2011	2.736,00	2.736,00	0,00	090171100000130
20001	4.4.90.52	ELETRO SHOPPING CASA AMARELA LTDA	03003	4/11/2011	1.295,00	1.295,00	0,00	245044090000103
20001	4.4.90.52	ORGANIZACOES LIRA PROD ELETRONICOS LTDA	00488	15/3/2011	799,00	799,00	0,00	701752600000183
Registros: 80					R\$ 1.352.163,54	R\$ 543.844,33	R\$ 808.319,21	
<O filtro está vazio>								



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DOS
RECURSOS DA SOCIEDADE - SAGRES

U Gestora	Despesa	Nome do Credor	Nº Empenho	Data	Valor	▼	Pago	Saldo	CPF/CNPJ
20001	4.4.90.52	FS VASCONCELOS	02340	2/9/2011	749,00		749,00	0,00	09268517005019
20001	4.4.90.52	GPL INFORMATICA PAP E TEL LTDA	02339	2/9/2011	501,00		501,00	0,00	10214137000100
20001	4.4.90.52	CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	00224	11/2/2011	459,00		459,00	0,00	24073694002522
20001	4.4.90.52	NATALTEC MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	00782	6/4/2011	418,00		418,00	0,00	03040772000307
20001	4.4.90.52	HOZANA MARIA TEIXEIRA MARQUES LIRA	02414	14/9/2011	403,00		403,00	0,00	01524633000161
20001	4.4.90.52	ANGELO BARROS ESTEVES	02313	31/8/2011	378,00		378,00	0,00	02147582000169
20001	4.4.90.52	MASTER ELETRONICA DE BRINQUEDOS LTDA	02918	25/10/2011	299,00		299,00	0,00	40841728003500
20001	4.4.90.52	ELETRO SHOPPING CASA AMARELA LTDA	02069	10/8/2011	259,00		259,00	0,00	70175260000183
20001	4.4.90.52	MASTER ELETRONICA DE BRINQUEDOS LTDA	03352	5/12/2011	216,00		216,00	0,00	40841728000837
20001	4.4.90.52	TOC MIX-COM DE EQUIP ELET E MUS LTDA	02321	31/8/2011	199,95		199,95	0,00	09189517000145
20001	4.4.90.52	MASTER ELETRONICA DE BRINQUEDOS LTDA	03382	7/12/2011	199,00		199,00	0,00	40841728000837
20001	4.4.90.52	FS VASCONCELOS	02944	1/11/2011	189,00		189,00	0,00	09268517005019
20001	4.4.90.52	ELETRO SHOPPING CASA AMARELA LTDA	02943	1/11/2011	99,90		99,90	0,00	70175260000183
Registros: 80					R\$ 1.352.163,54		R\$ 543.844,33	R\$ 808.319,21	
<O filtro está vazio>									



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DEPARTAMENTO DE MEIOS FÍSICOS E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E SUPRIMENTOS

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS - TCE/PB

Ref. dez/2011

Quant.	Veículo	Placa	ano/modelo	Cessão de Uso
1	FORD FOCUS	OEZ-2478	2011/2011	
2	FORD FOCUS	OEZ-2508	2011/2011	
3	FORD FOCUS	OEZ-5009	2011/2011	
4	FORD FOCUS	OEZ-5339	2011/2011	
5	FORD FOCUS	OEZ-5349	2011/2011	
6	FORD FOCUS	OEZ-8730	2011/2011	
7	FORD FOCUS	OEZ-8740	2011/2011	
8	FORD FOCUS	OEX-9640	2011/2011	
9	HONDA/CIVIC	MOV-4119	05/07	
10	HONDA/CIVIC	MOV-4219	05/06	
11	HONDA/CIVIC	MOV-4559	05/06	
12	HONDA/CIVIC	MOV-4369	05/06	UEPB
13	HONDA/CIVIC	MOV-4459	05/06	UEPB
14	HONDA/CIVIC	MOV-4539	05/06	UEPB
15	HONDA/CIVIC	MOV-4309	05/06	Sec. Adm. Penitenciária
16	GM / S 10	MOB-5841	01/02	
17	GM / S 10	MOB-5881	01/02	
18	GM / S 10	MOB-3451	09/10	
19	GM / S 10	NQF-0200	09/10	
20	GM / S 10	NQF-0240	09/10	
21	GM / S 10	NQF-0270	09/10	
22	GM / S 10	NQF-1870	09/10	
23	GM / S 10	NQI-6510	09/10	
24	GM / S 10	NQI-6830	09/10	
25	RANGER	NPZ - 8985	10/10	
26	RANGER	NPZ - 8995	10/10	
27	RANGER	NPZ - 9005	10/10	
28	RANGER	NQA - 0595	10/10	
29	VAN 2.5	MOV-5917	07/07	
30	VAN 2.5	MOV-5927	07/07	
31	PALIO HLX 1.8	MND-0392	05/05	
32	PALIO HLX 1.8	MND-0452	05/05	
33	PALIO HLX 1.8	MND-0472	05/05	
34	PALIO HLX 1.8	MND-0492	05/05	
35	PALIO HLX 1.8	MND-0502	05/05	
36	PALIO HLX 1.8	MND-0552	05/05	
37	SANTANA	MNP- 0659	97/98	Casa Militar do Governador
38	SANTANA	MOD- 7929	99/0	Casa Militar do Governador

39	SAVEIRO	MNN-3273	98/98	Casa Militar do Governador
40	KOMBI	MNR-8380	97/98	Casa Militar do Governador

DIPAS, em 16 de março de 2012.

Secretaria de Planejamento

Órgão: 02 Tribunal de Contas do Estado
Unidade: 101 Tribunal de Contas do Estado
Função: 28 Encargos Especiais
Sub-Função: 846 Outros Encargos Especiais
Programa: 0000 Operações Especiais
Ação: 7003 Despesas de Exercícios Anteriores



Propostas Orçamentárias

Natureza	Fonte	Proposta	Despesa	Correção
31909200	00	3.500.000	Despesas de Exercícios Anteriores	

Total da Proposta: 3.500.000

Órgão: 02 Tribunal de Contas do Estado
Unidade: 101 Tribunal de Contas do Estado
Função: 28 Encargos Especiais
Sub-Função: 846 Outros Encargos Especiais
Programa: 0000 Operações Especiais
Ação: 7051 Indenizações e Restituições

Propostas Orçamentárias

Natureza	Fonte	Proposta	Despesa	Correção
33909300	00	500.000	Indenizações e Restituições	

Total da Proposta: 500.000

Órgão: 02 Tribunal de Contas do Estado
Unidade: 101 Tribunal de Contas do Estado
Função: 01 Legislativa
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa: 5046 Apoio Administrativo
Ação: 4216 Manutenção de Serviços Administrativos

Propostas Orçamentárias

Natureza	Fonte	Proposta	Despesa	Correção
33903900	00	3.200.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
33903000	00	500.000	Material de Consumo	
33903200	00	20.000	Material de Distribuição Gratuita	
33903300	00	150.000	Passagens e Despesas com Locomoção	
33903600	00	300.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
33903700	00	1.300.000	Locação de Mão-de-Obra	
33904700	00	40.000	Obrigações Tributárias e Contributivas	
33901400	00	100.000	Diárias - Civil	
44905100	00	120.000	Obras e Instalações	
44905200	00	600.000	Equipamentos e Material Permanente	
33913900	00	150.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
33901000	00	20.000	Outros Benefícios de Natureza Social	

Total da Proposta: 6.500.000

Órgão: 02 Tribunal de Contas do Estado
Unidade: 101 Tribunal de Contas do Estado
Função: 01 Legislativa
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa: 5046 Apoio Administrativo
Ação: 4217 Encargos com Pessoal Ativo

Propostas Orçamentárias

Natureza	Fonte	Proposta	Despesa	Correção
31901300	01	700.000	Obrigações Patronais	
31901100	00	60.900.000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
31911300	00	13.000.000	Obrigações Patronais	

Total da Proposta: 74.600.000

Órgão: 02 Tribunal de Contas do Estado
Unidade: 101 Tribunal de Contas do Estado
Função: 01 Legislativa
Sub-Função: 032 Controle Externo
Programa: 5072 Fiscalização, Controle e Acompanhamento da Gestão
Ação: 2097 Fiscalização, Acompanhamento e Controle Externo

Propostas Orçamentárias

Natureza	Fonte	Proposta	Despesa	Correção
33900800	00	1.500.000	Outros Benefícios Assistenciais	
33901000	00	10.000	Outros Benefícios de Natureza Social	
33901400	00	750.000	Diárias - Civil	
33904600	00	4.100.000	Auxílio-Alimentação	
33904900	00	120.000	Auxílio-Transporte	
44905200	00	130.000	Equipamentos e Material Permanente	
Total da Proposta: 6.610.000				

Órgão: 02 Tribunal de Contas do Estado
Unidade: 101 Tribunal de Contas do Estado
Função: 01 Legislativa
Sub-Função: 032 Controle Externo
Programa: 5280 Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo - PROMOEX
Ação: 1059 Modernização do Tribunal de Contas do Estado

Propostas Orçamentárias

Natureza	Fonte	Proposta	Despesa	Correção
33901400	00	20.000	Diárias - Civil	
33903600	00	20.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
33903900	58	100.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
33903900	00	100.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
44905200	58	300.000	Equipamentos e Material Permanente	
33903300	00	30.000	Passagens e Despesas com Locomoção	
33901400	58	50.000	Diárias - Civil	
33904700	00	30.000	Obrigações Tributárias e Contributivas	
33503500	58	100.000	Serviços de Consultoria	
33903000	00	20.000	Material de Consumo	
44905200	00	100.000	Equipamentos e Material Permanente	
33903200	00	30.000	Material de Distribuição Gratuita	
Total da Proposta: 900.000				

Órgão: 02 Tribunal de Contas do Estado
Unidade: 101 Tribunal de Contas do Estado
Função: 01 Legislativa
Sub-Função: 032 Controle Externo
Programa: 5280 Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo - PROMOEX
Ação: 1648 Voluntários do Controle Externo

Propostas Orçamentárias

Natureza	Fonte	Proposta	Despesa	Correção
33901400	00	10.000	Diárias - Civil	
33903000	00	25.000	Material de Consumo	
33903200	00	20.000	Material de Distribuição Gratuita	
33903600	00	100.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
33903900	00	100.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	

Total da Proposta: 255.000

Órgão: 02 Tribunal de Contas do Estado
Unidade: 101 Tribunal de Contas do Estado
Função: 01 Legislativa
Sub-Função: 128 Formação de Recursos Humanos
Programa: 5280 Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo - PROMOEX
Ação: 2870 Formação e Capacitação de Agentes Públicos

Propostas Orçamentárias

Natureza	Fonte	Proposta	Despesa	Correção
33903000	00	20.000	Material de Consumo	
33903200	00	20.000	Material de Distribuição Gratuita	
33903300	00	10.000	Passagens e Despesas com Locomoção	
33903500	00	10.000	Serviços de Consultoria	
33903900	00	250.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
33903900	58	100.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
44905200	58	50.000	Equipamentos e Material Permanente	
33903600	00	120.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
44905200	00	50.000	Equipamentos e Material Permanente	
33903500	58	50.000	Serviços de Consultoria	

Total da Proposta: 680.000

Total Geral: 93.545.000

